



**CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 9/2007  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
16-04-2007**

*“Nos termos do art.º 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com nova redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as actas são publicitadas na integra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.*



**LOCAL** - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

**DATA** - 16-04-2007-----

A reunião iniciou-se com a presença de:-----

**PRESIDENTE** - António Baptista Duarte Silva

**VEREADORES** - Victor Manuel Sarmento Cruz

- António Paulo Martins Pereira Coelho

- José António da Paz Cardoso Ferreira

- Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes

- Maria Teresa de Figueiredo Viana Machado

- António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares

- José Elísio Ferreira de Oliveira

- Mário João Menezes Paiva

**ABERTURA DA REUNIÃO** - Quinze horas e quarenta e nove minutos, deu-se início à reunião, sendo a mesma secretariada pelo Director do Departamento Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, Victor Manuel Tavares da Silva Pereira, coadjuvado pela Chefe de Secção, Maria Margarida Madeira Valério de Mesquita.-----

**ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** - A acta da reunião ordinária do dia 02 de Abril de 2007, depois de lida, foi posta à discussão e aprovada por unanimidade.-----

O Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artº 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

#### INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE

#### 1 - DESCERRAMENTO DE UMA PLACA TOPONÍMICA NA PRACETA LADESMA CRIADO, EM FRENTE AO TÊNIS CLUBE

O Presidente deu conhecimento, que no próximo dia 21 de Abril, sábado, será realizado o descerramento de uma placa toponímica na Praceta Ladesma Criado, em frente ao Ténis Clube. Nessa cerimónia contam com a presença do Embaixador de Espanha e do Vereador da Cultura da Cidade de Salamanca, em substituição do Presidente da Câmara, que apresentou as suas desculpas por não vir a estar presente, pois desde à algum tempo que não faz deslocações, porque como todos sabem, em Espanha vai haver eleições autárquicas no próximo mês de Maio. Portanto, todos tem uma ideia e conhecem o Ledesma Criado, grande amigo da



Figueira da Foz, um poeta muito considerado em Salamanca, que, aliás, foi alvo de homenagem com o seu nome numa praceta na Cidade de Salamanca. Feito o convite esperava que houvesse uma adesão de todos na cerimónia em causa.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

## **2 - SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Presidente comunicou que no próximo dia 25 de Abril, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizar-se-á no Salão Nobre desta Câmara, e de seguida far-se-á a inauguração de uma exposição dedicada aos "30 Anos das Comemorações do Poder Local Democrático em Portugal", na Esplanada Silva Guimarães, no "Meeting Point", junto à Praceta Ledesma Criado.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

## **3 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E DE PROPAGANDA DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**

O Presidente informou que já foi publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 73, de 13 de Abril de 2007, o "Regulamento Municipal de Publicidade e de Propaganda do Município da Figueira da Foz".-----

Seguidamente, pediu ao Vereador Lídio Lopes, para dar alguns esclarecimento, sobre este assunto.-----

O Vereador Lídio Lopes interveio dizendo que, de facto, na sexta-feira e após vários meses de tentativa, foi publicado o "Regulamento Municipal de Publicidade e de Propaganda do Município da Figueira da Foz". Significa isto, que vai entrar em vigor no dia 08 de Maio, ou seja, conforme o próprio regulamento estipula no seu artigo 67º, quinze dias após a sua publicação. Nestes próximos quinze dias, vão levar por diante um conjunto de reuniões com a Associação Comercial e Industrial, com entidades ligadas à publicidade e aos "Outdoors", com empresas locais, regionais e nacionais que têm interesses na Figueira da Foz, para que o próprio regulamento seja, efectivamente, aplicado. De facto, em relação à publicidade, muito por aí se tem feito de forma errada, e este período de quinze dias, vai ser um período de conversa, para que todos acertem o passo pela regulamentação existente. Findo esse período, haverá um pequeno período de transição, para que as pessoas se adaptem às novas regras e, em boa verdade, regras iguais para todos, transparentes, que deverão ser aplicadas de forma a que aquilo que é o espaço urbano não tenha por tudo quanto são postes, sejam eles de que natureza for, publicidade sem licenciamento. Existem regras que têm de ser aplicadas. Este regulamento foi aprovado em reunião de Câmara e contempla



todas as situações, daí que não há nenhuma razão para que ele não seja completamente aplicado. Portanto, vai ser um período agora de conversa, a seguir um período relativo de transição e depois de aplicação rigorosa.-----

O Vereador António Tavares referiu que uma vez que se tem levantado questões inerentes a esta matéria, cuja publicação ocorreu na verdade com alguma demora, saúda a entrada em vigor deste regulamento, no próximo dia 08 de Maio, o qual espera que possa vir a introduzir alguma regulação na situação caótica em que se encontra toda a Cidade e todo o Município, de publicidade espalhada, causando até algum impacto visual negativo. Esperam que essa regulação possa ser efectivamente sentida, e que o regulamento não passe, na realidade, de letra morta. Concordam, na íntegra, com este período pedagógico, no sentido de os principais utentes e as empresas que trabalham com publicidade, possam tomar conhecimento das novas regras, nomeadamente, da intenção firme do Vereador Lídio Lopes, de tornar efectivas as regras que o regulamento dispõe. No entanto, lembrou o Vereador que muita da publicidade que é colocada de forma caótica, é feita também por Associações de Recreio e de Cultura, que sob a forma de publicidade gráfica, colocam cartazes por tudo quanto é sítio. Com certeza, também seria bom fazer alguma pedagogia e mostrar a firmeza com que este regulamento vai ser aplicado a essas Associações, de forma a evitar que o nosso Município esteja proliferado por situações que não desejam.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

#### **INTERVENÇÃO DO VEREADOR PEREIRA COELHO**

#### **4 - RELATÓRIOS DE AUDITORIA À EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL FGT - FIGUEIRA GRANDE TURISMO PELA BDO**

O Vereador Pereira Coelho começou a sua intervenção dizendo que apesar de ter faltado à última reunião, por motivos de saúde, não é pessoa para fugir às questões, e havia uma que esteve na ordem de trabalhos, suficientemente importante para que também tivesse oportunidade de usar da palavra. Se estivesse presente na altura, tinha-o feito, mas pôde ver pelos relatos da comunicação social que foi amplamente discutido e, por isso, não vai, nem quer de maneira nenhuma, reactivar essa mesma discussão.-----

Mas, seja como for, há um reparo que gostaria de fazer e que é o seguinte:-----

Em relação à Auditoria da Figueira Grande Turismo, Empresa Municipal, está lembrado que uma das questões que fazia parte do caderno de encargos, e que até foi uma das causas que o levou na altura a votar a favor, era que ficasse claro,



“dossier” a “dossier”, quem eram as pessoas responsáveis, à época, pelos diferentes órgãos: quem era Presidente da Câmara, quem era o Vereador do pelouro do turismo e quem eram os administradores da FGT, para que ficasse claro e que não houvesse, como sempre costuma haver, alguma confusão sobre quem eram os responsáveis, porque, possivelmente, estão todos englobados numa co-responsabilização. Por isso mesmo, é que se o seu nome, por hipótese, aparecesse em alguma das situações, cá estaria para responder e não tinha problema nenhum em dar as explicações que necessitassem ser dadas. Na sua opinião, só há uma maneira de se garantir o devido esclarecimento: é aparecer o nome de todos os responsáveis e se o seu não aparecer, é porque não o é. Frisou que cada um terá sempre oportunidade de se explicar e isso não aconteceu. Parece-lhe uma falha grave, que não foi detectada pelo Presidente e, como o mesmo disse que a Auditoria tinha ficado dispendiosa, mais uma razão para serem exigentes com a empresa que a fez. Exige que essa empresa faça esse trabalho porque, politicamente falando, é muito importante e na próxima reunião quer ver os nomes lá mencionados, caso contrário, voltará a solicitar por escrito.-----

O Vereador Paz Cardoso, ainda na sequência da discussão sobre a auditoria à Figueira Grande Turismo da última reunião, pensa que criaram um pequeno problema que terão que resolver. Disse que por sugestão do advogado da FGT aprovaram, por unanimidade, a moção em que sujeitaram aquela auditoria ao parecer de uma IGAL - Inspeção-Geral da Administração Local, que não existe. Disse que existe apenas a Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) e, portanto, aprovaram a moção e sujeitaram-na à análise dessa entidade que não existe. Pensa que foram todos induzidos em erro pelo Advogado que esteve presente e, portanto, neste momento a moção que foi aprovada, por unanimidade, não tem qualquer exequibilidade, pelo que lhe parece, que terão que voltar a discutir o assunto. Acha que o deveriam fazer neste período “de antes da ordem do dia”, dado que o assunto não foi agendado.-----

O Vereador António Tavares, também sobre esta matéria, disse que o Presidente certamente se recordará que quando surgiu o nome de IGAL, manifestaram estranheza em relação à existência dessa entidade que lhe parece que está prevista no (PRACE) - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, mas que ainda não foi objecto de despacho da constituição e não há lei que a constitua, nem tão pouco Lei Orgânica.-----

Na sequência desta circunstância, referiu que convém salientar que o IGAT, e tal



como foi dito na última reunião, no seu âmbito de aplicação não tem competência sobre as empresas municipais e o que se esperaria é que o tal IGAL teria, eventualmente, uma competência mista que adviria do próprio IGAT e da DGAL.-----

Na sua opinião, como o IGAL não existe, qualquer pretensão de enviar estes documentos para o IGAT, não tem qualquer consequência prática, porque o IGAT não tem poderes de sindicância ou de inquérito sobre as empresas municipais.-----

O Presidente respondeu que tomou nota e começando pelas observações que o Vereador Pereira Coelho fez relativamente à questão da auditoria, e se compreendeu o que o mesmo disse, referiu que as mesmas serão comunicadas à empresa que fez a auditoria, para as esclarecer, bem como às dúvidas que foram colocadas.-----

O Vereador Pereira Coelho acrescentou que é muito mais grave do que isso. É um problema de cumprir ou não o caderno de encargos e não é uma questão de ele querer esclarecer o que dizem na auditoria, porque quem se sentir devidamente afectado, tem o direito de poder defender-se e de fazer o contraditório. Referiu que é uma questão legal e que qualquer auditoria tem que ter a fase do contraditório, devendo dar oportunidade a quem seja objecto de qualquer tipo de acção, de confirmar ou informar se o que a auditoria detectou é ou não correcto. Apontou que não está a falar disso, mas de uma questão de cumprir ou não o caderno de encargos, ou seja, que a Figueira Grande Turismo ou a Câmara, deviam antes de mais, cuidar se o caderno de encargos foi mesmo cumprido, porque esta é uma questão básica. Depois, quanto ao seu conteúdo, se é mais correcto, se é mais rigoroso, ou não, compete a cada um que se sinta minimamente com necessidade de rectificar, com toda a legitimidade que resulta de um direito que lhe assiste e que a lei prevê.-----

Repetiu que não é isso que está em causa e que gostaria de ver onde está o ofício, da Câmara Municipal ou da Figueira Grande Turismo, a reclamar junto da empresa, para que cumpra as condições do caderno de encargos tal qual como se previa, porque se forem a ver, item por item, as respostas dadas pela auditoria ficam muito aquém do caderno de encargos, que era bastante explícito, ponto por ponto, não estando o Relatório de Auditoria minimamente organizado capítulo a capítulo, para se perceber bem, onde começam e acabam a responsabilidade de cada um. Acha que isto se admitia se tivesse sido pedida uma auditoria geral, mais ao menos em abstracto.-----

Disse que compete à Câmara e ao Presidente, que é o responsável máximo, fazer o



juízo de valor sobre a autenticidade e a credibilidade dos documentos, duma companhia que contratou. Na sua opinião, a auditoria não lhe diz rigorosamente nada.-----

Continuou, dizendo que ficou explícito que era preciso saber o que é que os auditores achavam da FGT, se há-de continuar ou não; se tem viabilidade ou não e nada foi dito. Acha que não é um documento sério porque, por falta de rigor, propicia tudo, todos os juízos, que é a pior coisa que pode haver. Indagou onde está o que é fundamental - o contraditório: se foi dada oportunidade a quem, eventualmente, esteve no âmago das questões, de ser questionado sobre a razão de não estar nada escrito. Por isso, considera que é andar a brincar às auditorias. Disse que não queria entrar muito sobre o assunto da auditoria, mas obrigou-se a fazê-lo, reiterando que quer ver o ofício, da Figueira Grande Turismo ou da Câmara Municipal, a questionar a empresa que fez a auditoria sobre os pontos que aludiu, e a saber quais as respostas, e num prazo curtíssimo, porque já esperaram quase um ano para a auditoria sair e porque é uma questão de defesa da honorabilidade e do bom nome de todos, em que se inclui, pois foi Vereador durante um tempo e quer saber em que medida é que foi ou não conivente com certas coisas.-----

O Vereador Víctor Sarmiento disse que gostaria de esclarecer um assunto em relação à empresa da Auditoria e pediu se lhes podiam facultar o Relatório de Auditoria, porque nenhum deles, neste momento, tem a cópia do exemplar. Se bem se lembra, na primeira folha do relatório, quando a empresa identifica quais são os pontos, como que um índice das áreas que vão ser abordadas, julga que a mesma termina com uma frase, mais ou menos com este conteúdo "estamos disponíveis para qualquer esclarecimento, de qualquer dos Vereadores interessados". Apontou, como exemplo, que o Vereador Lídio Lopes, na altura, não utilizou dessa prerrogativa, de pedir esclarecimentos à empresa auditora, o Vereador Pereira Coelho também não e o Presidente também não o fez e quando questionado porque é que não tinha intervido e não tinha sido ouvido no processo, disse que "se tinha posto à parte, intencionalmente, para não ser ouvido no processo, para não se pensar que estaria, eventualmente, a poder influenciar os auditores".-----

O Presidente respondeu que irão oficialiar ao IGAT. Disse que não sabia que o IGAL não existia e que tinham intenção, e continuam a ter, de enviar a acta àquela entidade, pois é quem inspecciona a actuação das Autarquias Locais. Referiu que hoje foi levantada uma questão, que já tinha sido levantada anteriormente, de



ser solicitada uma reunião à empresa que fez a auditoria, sobre algumas questões levantadas na reunião passada e na de hoje. Respondeu que, por maioria de razão, vão solicitar essa reunião.-----

O Vereador Pereira Coelho pediu que se rectificasse uma questão apontada pelo Vereador Víctor Sarmento, pensa que com boa intenção. Disse que não foi possível a nenhum Vereador fazer o contraditório, antes da auditoria ser publicitada, porque tanto quanto sabe, foi distribuída, salvo erro, na segunda-feira antes da reunião de Câmara, e a partir desse momento já não deu hipótese a nenhum dos possíveis intervenientes. Frisou que o que se faz, normalmente, é distribuir a auditoria, em primeiro lugar, aos administradores para poderem fazer o contraditório e só depois de o fazerem é que a empresa aceita, ou não, as reclamações que lhe são feitas, saindo daí o relatório final. Considera que o que foi feito, no mínimo, não deu hipótese de defesa a quem poderia tê-la: às administrações, nomeadamente da Figueira Grande Turismo e dos executivos anteriores que, naturalmente, tutelavam a mesma.-----

Adiantou, por exemplo, que se tivesse tido tempo, uma das questões que levantaria, desde logo, era o não cumprimento do caderno de encargos por parte da empresa auditora. Em segundo lugar, querendo eventualmente responder a alguma coisa da auditoria, não o podia fazer, porque não sabia em que é que estava directa ou indirectamente envolvido.-----

Isto é o que lhe parece que foi mal feito, porque o contraditório feito à posterior, depois de estar tudo em "praça pública", depois de se enviar para a IGAT, não tem valor.-----

O Vereador Lídio Lopes, reportando-se à intervenção do Vereador Pereira Coelho, disse que está de acordo com esta questão do contraditório, por uma única e clara razão: em tempo, durante a auditoria, na parte final, enviou uma carta à Administradora Delegada da Figueira Grande Turismo, que faz parte do seu processo, porque lhe foi solicitado se tinha sido feito ou não um concurso para adjudicação da concessão do "Oásis". Referiu que estranhou, porque foi publicitado nos jornais e todas as empresas que concorreram receberam comunicação e apresentaram propostas e todo o "dossier" estava na FGT a 31 de Dezembro de 2001. A Administradora-Delegada compreendeu, porque são questões demasiado importantes para tratarem por telefone. E, quanto a esta questão do contraditório, de terem a oportunidade de justificar os procedimento adoptados, como foram feitos, perguntou quem é que responde na Figueira Grande Turismo



pelos "dossiers" que estavam em depósito até 31 de Dezembro de 2001 e que desapareceram. Disse que é importante e vai querer saber, porque eles estavam lá. Referiu que guardou algumas fotocópias, como os Vereadores guardam muitas, e fazem muito bem, mas não guardou tudo.-----

O Vereador António Tavares tomou a palavra para dizer que o Vereador Pereira Coelho disse que era importante saber as responsabilidades caso a caso. Esclareceu que a auditoria lhes diz quem eram os titulares dos órgãos sociais da empresa desde a sua constituição até aos dias de hoje e em cada processo quais foram as respectivas datas da sua abertura e do seu prosseguimento, etc., portanto sabem-no. Frisou que há processos onde não foram encontradas datas e, se calhar, aí é pouco razoável fazer essa localização, sobretudo se foi muito próximo da mudança de um Administrador para outro. Mas, grosso modo, ficaram a saber quem foram os responsáveis nos processos que a Auditoria esteve a investigar. E não querem pensar que a Auditoria deixou assim tanto como isso por dizer. Na sua opinião, o Vereador Pereira Coelho está sobejamente a exagerar quando diz "aquilo não vale nada". Pensa que pode ter sido uma metáfora mas, de facto, é uma metáfora carregada de pleonasmos, existindo um exagero muito grande em relação ao que o Vereador Pereira Coelho diz que ficou por fazer e aquilo que detêm e registou que a questão apontada ficou de facto por responder. Quanto à questão da responsabilidade, disse que o ficaram a saber e também porque, como Vereadores que acompanham a actividade política do Município, sabem quem eram os Vereadores, em que momento e quais as suas responsabilidades. O que também é público. Quanto a si, a auditoria à empresa não tinha que fazer o registo de quem, na Câmara, tinha os pelouros. Apontou que o que pediam eram os responsáveis na empresa e não os responsáveis na Câmara.-----

Deixou claro que este processo, pelos Vereadores da Oposição, não está dado como encerrado, porque o Presidente acabou de dizer que tem uma reunião com os responsáveis pela Auditoria. Ficam a saber que assim é, mas tencionavam fazer exactamente o mesmo, ou seja, tencionavam levar junto dos auditores o contraditório que foi feito em sede de reunião de Câmara e aquele que eventualmente outros queiram reclamar.-----

Portanto, como este processo não está encerrado e como há possibilidade de defesa, ainda estão, se calhar, longe do final e de saber se muito do que lá está explanado é ou não correcto e se, eventualmente, há lacunas que devem ser preenchidas, em relação ao conhecimento que querem ter da situação.-----



O Presidente concluiu que aprovaram uma proposta de enviar o relatório da Auditoria para a entidade que deve acompanhar os procedimentos ou o funcionamento administrativo da Câmara Municipal, ou seja, para o IGAL ou IGAT e, como o Vereador António Tavares disse, se não tiver competência, essa mesma entidade responderá e, paralelamente, como foram levantadas dúvidas na reunião passada e como já tinha dado conhecimento, vai solicitar e formalizar um pedido de reunião de trabalho de esclarecimento com a empresa de auditoria.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

#### **5 - PLANO DE URBANIZAÇÃO - ALTERAÇÕES**

O Vereador Pereira Coelho questionou o Presidente sobre um requerimento que apresentou há mais de um mês, a pedir por escrito esclarecimentos sobre as propostas de alteração ao Plano de Urbanização do Município da Figueira da Foz. Estranha que passado um mês, ainda não tenha tido resposta nenhuma. Se elas estão feitas e foram entregues às autoridades competentes, é porque já existem, estão consolidadas, e não percebe porque é que é preciso um mês e tal para lhe darem a relação dessas propostas de alteração. Por isso, apresentou ao Presidente o seu protesto pela demora com que estão a ser facultados esses elementos, que considera fundamentais para análise de determinado tipo de situações que são passado.-----

O Presidente interveio dizendo que relativamente à questão do requerimento que o Vereador apresentou, tem que lhe pedir desculpas, mas, houve algumas questões que teve de tratar relativamente a alguns projectos em curso, que o impossibilitaram de lhe preparar as respostas ao requerimento sobre o Plano de Urbanização. Questões essas relacionadas com o POC - Programa Operacional da Cultura, o licenciamento dos equipamentos de praia, o Plano de Pormenor do Bairro Novo e o Plano de Pormenor da Lagoa da Vela, que dificultaram ao Departamento de Urbanismo de preparar essa resposta. Mais disse que o assunto estava a ser tratado e o mais depressa possível, receberia a resposta ao requerimento.-----

O Vereador Pereira Coelho usando de novo da palavra disse que o Presidente informou a Câmara há já algum tempo atrás, que toda a matéria que dizia respeito à revisão do Plano de Urbanização estava entregue às autoridades competentes, para análise, e que estavam à espera da resposta dessas entidades, para depois ser apresentada à Câmara a sua eventual aprovação, e passar à discussão pública. Sendo isso exactamente o que disse o Presidente até à época em que lhe começou a



falar desta questão, considerou que se esses documentos estão entregues a quem de direito, pensa que à CCDD - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que é, obviamente, o organismo centralizado mais próximo a quem se entregam esse tipo de documentos, depois são apreciados e aprovados pela Câmara e depois seguem para parecer final da DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.-----

Questionou, então, o Presidente no sentido de saber se já foram, e se tal aconteceu, foi por ofício, não foi aos bochechos, nem aos bocadinhos, nem por peças desgarradas, foi tudo junto, a proposta completa, porque quem faz isso, é um gabinete de renome, a RISCO - Projectistas e Consultores de Design, SA, que está a dar apoio a essas alterações e que não faz "coisas no ar". Por isso, é suposto que todos esses documentos tenham entrado ordeiramente, devidamente explanados com justificações técnicas, pelo que não vê que dificuldade há em que sejam feitas cópias desses documentos e entregues aos Vereadores para consulta, não consegue perceber. Este assunto não tem nada a ver com o POC, isso são documentos adjacentes, que podem vir a surgir e que podem ser lançados a meio do processo, só servirão, obviamente, para empatar e fazer com que o Plano de Urbanização, em vez de estar pronto no tempo, o esteja daqui a mais não sei quantos anos. Mas, isso é outra questão, é um juízo de valor, no qual cada um fará o que quiser. Agora, a verdade é que o Presidente disse perante todos, que estavam entregues a quem de direito as alterações ao Plano de Urbanização do Município da Figueira da Foz, designadamente, da parte urbana e, por isso, esse "dossier" tem de existir. Se depois é complementado com mais peças, não as está a pedir, mas apenas aquelas que já foram enviadas, está claro no requerimento que apresentou. Portanto, não percebe o porquê dessa demora, sinceramente, custa-lhe a aceitar a justificação que deu, porque ela peca por falta de consistência. Para já, fica pela falta de consistência, porque, obviamente, se subsistir a falta da entrega desses documentos, passa a classificar a situação de uma outra maneira, que não propriamente essa.-----

O Presidente referiu que já lhe deu uma justificação e até lhe apresentou desculpas, de não lhe ter dado uma resposta relativamente ao requerimento apresentado, que o vai fazer, não o fez até hoje, mas vai fazê-lo. Está a preparar a resposta para lhe dar, porque ainda não foi apresentado nenhuma proposta do Plano de Urbanização, aquilo que tem sido dito, é que ainda não houve uma reunião que permitisse formalizar um projecto prévio do Plano de



Urbanização, esta é a questão. Portanto, pede de novo desculpa, de não ter sido possível dar-lhe uma resposta, mas, informou-o das razões que dificultaram a sua preparação.-----

Acrescentou, ainda, que havia antes desta anterior Câmara uma proposta preliminar sobre a revisão do Plano de Urbanização, que chegou a ser presente em reunião de Câmara. Entretanto, cresceram uma série de dificuldades, aliás, hoje está agendado um reforço que é necessário fazer, numa rubrica que tem a ver com a cartografia, que está completamente ultrapassada, sendo necessário refazê-la, portanto, estas são as questões com que se deparam.-----

O Vereador Vítor Sarmiento interveio dizendo que depois de ouvir a resposta do Presidente às questões levantadas pelo Vereador Pereira Coelho, deve dizer que se sente de alguma forma perplexo, nomeadamente, no que respeita à informação que está a dar sobre o PDM e PU. Por várias vezes o Presidente referiu quando levantaram esta questão, nomeadamente, naqueles períodos em que faziam as visitas pelas freguesias, que os atrasos não se deviam à Câmara Municipal, mas sim ao Governo e à CCDR. Hoje estão a ouvir de viva voz, que tal não é verdade. De facto, há uns dias, receberam por escrito a resposta relativa a esta matéria, que tinha sido requerida pelos Vereadores do Partido Socialista, onde isso mesmo está contemplado. Portanto, julga que não podem ter dois discursos, um que interessa ter como convém e um outro radicalmente diferente, que é o da verdade, que se tem só quando se é obrigado a ter, que é o que se passa neste momento. O Presidente foi obrigado a dizer a verdade, porque houve uma solicitação por escrito e, por isso, uma resposta também por escrito. Agora, perante o requerimento do Vereador Pereira Coelho, também tem de responder por escrito, nesse sentido.-----

O Vereador Paz Cardoso sublinhou que relativamente ao Plano de Urbanização e ao Plano Director Municipal, pensa que se tem que recalendarizar todo o procedimento. Isto é, neste momento, está convencido que não existe nenhuma proposta do PU e do PDM, entregues na CCDR. Portanto, a sugestão que fazia ao Presidente era de se fazer uma reunião formal ou informal, para uma análise das propostas de alteração do PU e do PDM, de forma a que todos pudessem pronunciar-se, para saberem o que é que está em causa, porque, como é obvio, as alterações a estes dois Planos, são estruturantes para o Município da Figueira da Foz. Sabe que esta questão foi discutida pela Vereação anterior, portanto, solicitava ao Presidente, que esse assunto fosse agendado para uma reunião de Câmara, ou para



uma reunião informal, sendo-lhe perfeitamente indiferente.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

#### **6 - TERRENOS DO ALBERTO GASPAR**

O Vereador Pereira Coelho interveio dizendo que o Presidente não lhe respondeu à questão dos terrenos do Alberto Gaspar, com a entrada do BPI em cena. Disse que soube "por portas travessas", que os colegas do partido a que pertence foram alvo de uma consulta por parte dos proprietários dos terrenos para explicar melhor a situação. Não sabe o que é que se terá lá passado, mas cada vez se vê mais sozinho a mexer neste "dossier". Sabe que pode vir a ter retaliações de várias ordens por esse motivo mas, neste sítio já não tem que estar com grandes problemas sobre o que espera ou que deixa de esperar. E para que fique claro, o seu propósito é só a busca da verdade e da clareza dos processos e a não pactuação com objectivos menos claros. Por isso, nessa medida, vê as movimentações, percebe-as todas, os interesses materiais que estão em jogo, que são fortíssimas, mas cá estará sempre, enquanto for vivo, enquanto tiver saúde e capacidade para tal, para questionar.-----

Por isso, repetiu que o Presidente não lhe respondeu à questão que lhe colocou sobre este assunto: "se há ou não projecto entrado na Câmara sobre esta matéria", porque diz que o viu e classificou até de interessante.-----

Disse, em segundo lugar, que havia entregue ao Presidente um contrato, escriturado pelo Notário, onde já se fazia partilha do que não têm. Perguntou ao Presidente o que é que acha, o que é que mandou fazer daquilo e a quem entregou para se saber em que é que ficam.-----

Em terceiro lugar, lembrou que o Vereador Víctor Sarmiento, na última reunião em que ele esteve presente, teve a bondade de lhes trazer um edital que ainda lança mais confusão sobre o assunto em questão e que quanto a isto a Câmara, pela voz do Presidente, fez silêncio. Apontou que o Presidente tem de dar explicações e o silêncio dele, num caso destes, começa a ser comprometedor. Na sua opinião, não pode ter dito uma coisa numa determinada altura e agora silenciar, pura e simplesmente. Têm de saber o que se está a passar, quem está em causa, e quais são os propósitos do Presidente, porque se achar que deve defender isto, na sua opinião, deve fazê-lo, deve dizê-lo de voz alta e a população da Figueira da Foz ficará a saber quem é a favor de uma coisa e quem é a favor de outras coisas; quem é a favor de um bom ordenamento da Figueira da Foz, ou quem é a favor do ordenamento que calha e quais são os interesses que estão em jogo.-----



Frisou que jamais permitirá, daqui para o futuro, que alguma vez se faça insinuações em nome de pessoas que nada têm a ver; que está farto disso e que, pessoalmente, tem sido altamente penalizado pelo seu silêncio. E, por isso, jamais se calará perante seja o que for, porque “quem não deve não teme” e, se assim é, vão falar claro e pôr as cartas todas em cima da mesa. Doa a quem doer, cá está de “peito aberto” e depois se verá quem é que tem ou não tem para explicar. Admite que não haja nenhum problema, mas no seu entender falta alguém que se assuma perante todos como o responsável. Por isso voltou a questionar o Presidente, porque vê que ele tem alguma dificuldade em responder.-----

O Presidente disse que, relativamente à proposta do projecto de Urbanização, que já é pública, para os terrenos do Alberto Gaspar, é obvio que a Câmara não pode apreciar, no contexto actual, qualquer projecto que seja apresentado para aquele terreno porque, no actual Plano de Urbanização, tem uma classificação industrial. Continuou, dizendo que formalmente, não há nenhuma apreciação, nem nenhuma entrada de um projecto para aquela zona. Há, efectivamente, uma apresentação informal do que a empresa, dentro do seu projecto de recuperação, poderia fazer para aquela zona. Referiu que sobre este assunto não há mais do que isto e que o que é público é seu parecer pessoal, porque não pode dar nenhum parecer oficial, nem tem indicação do Departamento de Urbanismo para o efeito. Informou que houve reuniões e discussões sobre esta matéria, mas não há nada que possa comprometer a Câmara.-----

Quanto à questão do Tribunal Judicial, da penhora e do BPI, que foi apresentada na última reunião e que o Vereador Pereira Coelho esteve presente dando-lhe cópia do Edital, julga que facultada pelo Vereador Víctor Sarmiento, referiu que teve conhecimento oficial nessa altura e o que conhece é o que viu hoje na Imprensa, numa reunião entre o condutor do processo Alberto Gaspar e a Concelhia do Partido Socialista.-----

Reafirmou não ter conseguido reunir os elementos para responder ao requerimento apresentado pelo Vereador Pereira Coelho. Disse que o fará e que os serviços estão neste momento a reunir os elementos.-----

O Vereador Víctor Sarmiento referiu, para que não se suscitem dúvidas, que os Vereadores do Partido Socialista, com a direcção política concelhia do Partido Socialista, estiveram presentes numa reunião informativa, pedida por um administrador da empresa Alberto Gaspar. Esclareceu que a posição do partido Socialista, nesse encontro, foi exactamente a mesma que tiveram em reunião de



Câmara. Disse que as informações que foram prestadas, melhoraram os conhecimentos sobre o processo, mas a avaliação e as nossas propostas para aquele local mantêm-se exactamente com o conteúdo que tiveram na reunião de Câmara em que as apresentaram e não há qualquer alteração da posição dos Vereadores do Partido Socialista. Acrescentou que não seria cordial da sua parte estar agora a referir os pormenores da informação que lhes foi veiculada pelo Administrador da Alberto Gaspar. No entanto, se a Direcção Política Concelhia do Partido Socialista assim o entender fazer, não tem nada contra.-----

Em relação ao Edital, deve dizer, com toda a franqueza, que não ficou esclarecido sobre qual o processo de negociação que existia entre o Alberto Gaspar e o BPI e, para que não restassem dúvidas, também levantou esta questão, naquele encontro. Mas, na sua opinião, obviamente que todos estes encontros são benéficos, porque visam melhorar a informação sobre os processos e, naturalmente, mais informação permite uma melhor decisão. Neste momento, a informação extra que adquiriram não alterou em nada a decisão que já tinham e que apresentaram em reunião de Câmara.-----

Apontou que não se opõem a que aquele espaço seja urbanizável, com o critério de que os índices de construção tenham que ser muito bem avaliados, no interesse do município e não à discricção, dos interesses dos construtores ou de quem quer que seja.-----

Prosseguiu a sua intervenção, considerando que devem ser encontradas formas para que os trabalhadores não saiam prejudicados em todo este processo. Consideram que aquela zona, pela sua localização, não deve continuar a ser zona industrial e que se houvesse a possibilidade daqueles terrenos reverterem para a Câmara Municipal, que se tomassem as medidas nesse sentido. Não aceitam que haja, por exemplo, condicionalismos de índice de construção de 0,7, 0,8 ou 0,9. Acha que tudo isso tem que ser discutido e, provavelmente, para aquela zona, o interesse do município tem que estar acima de tudo e tem que ser preservado, embora, como ponto de partida, urbanizar aquela zona não lhes pareça desajustado, tanto mais que neste momento está encostado à malha urbana de São Pedro, não fazendo sentido continuar como zona industrial.-----

O Vereador Pereira Coelho interveio novamente para fazer outras considerações e para esclarecer, se possível, o seu ponto de vista. Quanto à questão dos terrenos do Alberto Gaspar, frisou, para que fique claro, que sabe que às vezes vale a pena fazer "ouvidos de mercador" sobre as propostas que são feitas, mas



se o Presidente quiser, faz a proposta por escrito e que é a seguinte: como aqueles terrenos foram concebidos para fazer aquele investimento industrial, porque era importante para a economia da Figueira da Foz e, esgotada essa função, esgotam-se também, por inerência, as benesses que foram dadas pelo Estado e pela Câmara Municipal para aquele território. E, por isso, acha que a Câmara Municipal tem todo o direito de exercer uma diligência junto do ex-Alberto Gaspar, para se saber em que ponto aquilo está e para saber até que ponto pode ou não ela, Câmara Municipal, reivindicar a titularidade, seja em que circunstâncias for, seja sobre que acordo for. Acha que a Câmara poderá questionar, até directamente o Estado, se vai ou não exercer algum direito de reversão sobre aquele espaço, porque, senão, os próprios privados que estão interessados em comprar, já na presunção de que vai ter um índice de 0,7 ou 0,8, até podem ser burlados. Lembrou o Presidente do que se passou em relação ao "golfe", em que o requerimento foi feito só para aquela finalidade e não falava em quaisquer urbanizações e o Estado adiantou que se lá fosse construído um metro quadrado que fosse tinham direito a uma percentagem. Apontou que o mesmo se passa, por maioria de razão, em relação àqueles terrenos e, por todos esses motivos é que acha que a Câmara deve ter um papel interveniente sobre o futuro dos mesmos, nem que para isso tenha de se associar com quem quer investir, mas que seja sempre em favor dos superiores interesses da Câmara, não só no que diz respeito a um ordenamento territorial capaz, como também às necessárias mais valias que só a Câmara é que pode dar.-----

Referiu que fique claro, sobre esta matéria, e gostaria que ficasse em acta, que a sua proposta, com toda a transparência, é de que a câmara deve, desde já, porque sabe que há um documento que penhora os terrenos, intervir directamente para cuidar do melhor ordenamento e dos superiores interesses dos cidadãos da Figueira da Foz, nomeadamente no que diz respeito às mais valias inerentes a qualquer transformação do uso daqueles terrenos.-----

Para o efeito, e porque se está a falar de questões legais, nomeadamente quanto à questão da reversão disse que é preciso:-----

Em primeiro lugar, questionar o património do Estado, sendo esta uma questão primordial;-----

Em segundo lugar, saber, através de um jurista da Câmara, se esta tem ou não direitos junto daqueles terrenos e que se responsabilize por isso.-----

Em terceiro lugar, saber se a Câmara, enquanto entidade, quer tenha ou não tenha



direitos adquiridos, se quer ou não intervir sobre o assunto, nos moldes em que explicitou.-----

Colocou a sua proposta à consideração do Presidente para a submeter à votação ou propor que a mesma seja presente numa próxima reunião, pois não se encontra inscrita na "Ordem do Dia", desta agenda de trabalhos.-----

O Vereador José Elísio, sobre esta questão concreta dos terrenos do Alberto Gaspar, declarou que comunga das preocupações expressas pelo Vereador Pereira Coelho e, na generalidade, subscreve a proposta e que será esta a posição que defenderá na Câmara e no PSD.-----

O Vereador Paz Cardoso interveio de seguida para falar da questão do pedido que lhes foi feito pelo Administrador da Alberto Gaspar para os receberem, no sentido de esclarecerem os pontos de vista dos Administradores daquela empresa sobre esta questão. Pensa que é uma forma base de estar na democracia e ser democrata, é ouvir as duas partes. Nesta reunião apenas ouviram o que o Vereador Pereira Coelho, e bem, lhes trouxe, o que disse, as ideias que tinha, a questão do contrato, as diversas questões que ele levantou. Pensa que era de bom senso e fica bem a todos, como democratas, ouvirem ambas as partes envolvidas, no sentido de ficarem esclarecidos e no sentido de perceberem o que é que de facto está em causa. Considera que ficou muito mais esclarecido, porque havia algumas coisas que, de facto, não tinha conhecimento sobre este processo. Continua a subscrever o que foi dito por eles, Vereadores do Partido Socialista, mesmo antes de conhecerem o processo, porque é o princípio de defesa do Município da Figueira da Foz que está em causa e desse nunca se arredará e, nesta questão em concreto, terão que ser, com todo o cuidado, defendidos os interesses dos munícipes e do Município da Figueira da Foz.-----

Na sua opinião, e como Vereador Pereira Coelho, e também o Vereador Víctor Sarmiento ainda agora acabaram de dizer, todos, e o Presidente da Junta de São Pedro que é a parte mais próxima, concordam que hoje aquele não é um espaço com características industriais e, por isso, não tem lógica voltar a criar ali, uma outra unidade industrial.-----

O Vereador Tavares interveio, dizendo que o Vereador Pereira Coelho foi muito claro em relação à proposta que deixou sobre a questão do Alberto Gaspar. Na sua opinião, não podem agora fingir que não se passou nada. Julga que, de uma vez por todas, podem evitar andar com discursos cruzados e com meias palavras e com dúvidas que se levantam. Lembrou que esta questão foi levantada pelo Vereador



Pereira Coelho, que trouxe um conjunto de documentos, inclusive o próprio contrato de compra e venda, por sua própria iniciativa ou porque alguém lhe fez chegar, e com um conhecimento de uma causa que era para eles, Vereadores do Partido Socialista, desconhecida. Lembrou que este documento é um contrato com eficácia real, ou seja, feito em Notário e, por isso, registado e que essa eficácia real garante algum poder sobre o imóvel-----

Referiu, ainda, que o Presidente respondeu que tinha conhecimento dum projecto que tinha entrado na Câmara e opinou sobre o mesmo e que depois discutiram a questão da possibilidade de reversão ou não dos terrenos. Lembrou, mais uma vez, que o Vereador Pereira Coelho apresentou uma proposta muito clara em dois pontos e que há um terceiro ponto que não ficou muito claro e pediu ao Vereador que especificasse exactamente qual é a clarificação a dar ao mesmo. O primeiro ponto foi no sentido de que se indagasse, junto do Património do Estado, a possibilidade de reversão dos terrenos. O segundo, que se peça um parecer jurídico aos Serviços sobre essa possibilidade por parte da Câmara.-----

O Vereador Pereira Coelho sugeriu que a Câmara vá ver qual foi a sua intervenção na outorga daqueles terrenos, para aquele efeito, àquela entidade e em que medida é que esse procedimento pode ou não conceder direito real à Câmara sobre os mesmos terrenos.-----

O Vereador António Tavares apontou que o que o Vereador Pereira Coelho acaba de dizer, esgota o terceiro ponto da sua proposta, o seja, se a Câmara quer ou não intervir.-----

O Vereador Pereira Coelho disse que o terceiro é diferente, que é uma questão política, quando as outras duas são jurídicas. A questão política é se a Câmara Municipal, perante o que já sabe sobre o terreno, e politicamente falando, quer ou não intervir directamente, dialogando com a ex-Alberto Gaspar para se saber até que ponto e em que medida se pode ou não ser parceiro para defesa dos interesses da Câmara Municipal.-----

O Presidente respondeu que não vale a pena estarem a complicar mais esta questão. Há seis anos, quando entraram na Câmara e souberam de uma intenção de uma transformação de ocupação territorial do terreno da Lagoa da Vela, interrogaram-se se isso seria possível sem a Câmara, mas principalmente o Estado, requererem mais valias. Entretanto, entendia o Património do Estado e alguns juristas que já não havia direito a reversão e que havia propriedade plena para a utilização, desde que a Câmara assim o aprovasse. Quanto aos



terrenos do ex-Alberto Gaspar, disse que não teme questão nenhuma e entende também, tal como foi dito, e é a sua opinião, que dificilmente se deve defender o continuar ali uma utilização industrial. Quanto aos outros direitos e às contrapartidas, reversões ou o que houver, longe dele e dos seus colegas, de se oporem a uma proposta no sentido da que foi apresentada, de certo modo delineada pelo Vereador Pereira Coelho e da qual os Vereadores do Partido Socialista estão de acordo. A única coisa que solicitou, para que não houvessem depois outros mal entendidos, e se estivessem de acordo, é que definissem, muito claramente, o que é que querem saber. Na sua opinião se quiserem votar, votam, mas se não quiserem votar não é preciso porque têm o seu compromisso de ir proceder de acordo com o que se acordar.-----

O Vereador Pereira Coelho, a pedido do Presidente, repetiu a sua proposta:-----  
Ponto um - que seja oficiado, por escrito, à Direcção-Geral do Património do Estado, sobre os terrenos em causa e reportando para o historial que seja possível colectar em termos de informação para se saber, se naquele caso concreto, essa Direcção nega qualquer possibilidade de vir a pedir a reversão caso seja mudado o destino de utilização daqueles terrenos;-----  
Ponto dois - que o Presidente questione os Serviços Jurídicos da Câmara para que eles, perante a situação em concreto, façam a sua busca no sentido de dizer juridicamente quais os direitos que a Câmara tem sobre aqueles terrenos;-----  
Ponto três - Independentemente das respostas, que até podem ser como o foi informalmente informado ao Presidente, de que já não haveria direito nenhum legal para fazer a reversão, propõe que a Câmara, perante a sensibilidade do terreno em causa, e para melhor controle do que vai ou não ser feito e, também, da salvaguarda dos interesses dos munícipes da Figueira da Foz, decida se deve ou não, desde já, tentar ser parte da valorização destes terrenos, ou seja, a Câmara deve assumir-se já como parte interessada na solução deste problema contactando quem de facto detém os terrenos, questionando os actuais verdadeiros donos e com eles procurar uma solução equilibrada de alteração, mas em que a Câmara negocie com eles as mais valias inerentes a essa eventual alteração.----  
Pensa que assim é tudo claro e a Câmara Municipal até pode, depois, lançar um concurso a quem quer valorizar ainda mais aquela parte para fazer a parceria. Na sua opinião nada é mais transparente do que isto, que defende os interesses da Câmara, os interesses urbanísticos daquela zona e também a transparência de todo o processo e, em última análise, dos credores, porque se se obtiver o maior



ganho possível, eles ficam com outra cobertura.-----  
O Vereador Victor Sarmiento levantou uma última questão, para que não fiquem quaisquer dúvidas, que os Vereadores do Partido Socialista não têm conhecimento, nem sequer informal, de qualquer projecto de urbanização para aquela zona.-----  
O Vereador Pereira Coelho respondeu que o conhecimento que tem provém do que dizem na Comunicação Social.-----  
O Vereador Victor Sarmiento continuou dizendo que essa reunião informativa não abordou qualquer projecto de urbanização.-----  
O Vereador Lídio Lopes disse que, a título pessoal e com o devido respeito pela Comunicação Social, não tem nenhum conhecimento de projecto de urbanização para aquele local e não faz juízo de valor da sua posição sobre o que saiu nesta, preferindo ser esclarecido no sítio certo, pela pessoas certas. Concorda com a proposta que o Vereador Pereira Coelho fez, no contexto que o Presidente afirmou, achando que a última parte da proposta está um pouco confusa.-----  
O Vereador Pereira Coelho disse que iria esclarecer a última parte da proposta, ou seja, a proposta é que a Câmara, desde já, se constitua como parte interessada nos terrenos, para expropriar, para comprar, ou para fazer uma parceria pública ou privada da devida exploração dos terrenos.-----  
O Presidente, perante o que foi apresentado, comprometeu-se a dar seguimento aos procedimentos que foram propostos e tal como estão vertidos em acta, ou seja, fazer primeiro o levantamento da questão dos direitos e regalias das partes envolvidas: proprietário, ou empresário, como se quiser chamar, o Estado e Câmara Municipal e, a partir daí, ver qual pode ser o melhor encaminhamento. Disse que se estiverem de acordo procedem dessa forma.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

#### **INTERVENÇÃO DO VEREADOR VÍCTOR SARMENTO**

##### **7 - MICROPLÁSTICOS**

O Vereador Víctor Sarmiento interveio dizendo que tinha intenção de falar da Microplásticos na próxima reunião, mas, dado que o Vereador Pereira Coelho falou no esquecimento do Presidente, aproveitava para o lembrar que ficou de fazer contactos com os administradores daquela empresa, para se encontrar uma melhor solução, que sirva os interesses do município e também da empresa, no que diz respeito à eventual realocização dentro do nosso município e ao seu alargamento. Portanto, gostava de saber se já tinha feito esses contactos ou não, se tem ou não alguma resposta para lhes dar. Caso não tenha, agradecia que



na próxima reunião, pudesse ter mais alguma coisa sobre essa matéria.-----  
O Vereador Paz Cardoso referiu que quando este assunto foi discutido, na altura, foi sugerido pelo Vereador Pereira Coelho, a transição da Microplásticos, discordou logo em plena reunião dessa proposta. Pensa que é uma zona que terá que respeitar a envolvente ali existente. Aliás, estão lá prédios, construções que são da responsabilidade do Município, portanto, geridos pela Câmara logo em frente. Agora, concorda com a proposta que acabou de ser lançada, no sentido de que, seja um assunto, trazido à reunião de Câmara para ser votado. Têm obrigação de ouvir todos os munícipes, independentemente do partido donde provêm ou se são dos mais importantes ou menos importantes, mais ricos ou mais pobres, sendo que para ele, são todos Figueirenses.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

**ORDEM DO DIA**

- 1 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA**
- 1.1 PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ E A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**

Foi presente, para ratificação, o Protocolo de Colaboração entre o Município da Figueira da Foz e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, devidamente assinado pelos representantes da CCDRC e CMFF, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um á presente acta.-----

Constitui objecto do presente Protocolo a colaboração entre as partes na realização dos actos preparatórios necessários à atribuição de títulos de utilização de apoios e equipamentos de praia na área abrangida pelo POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira, bem como no acompanhamento da actividade de todas as concessões nessa mesma área.-----

O Presidente esclareceu que este é um Protocolo que vai permitir resolver algumas questões, que têm a ver com os equipamentos de praia, e não só. Para já, esse é o efeito mais imediato, designadamente, o Oásis. Este protocolo levou algum tempo de negociação, foi assinado e agora vem à Câmara para ratificação. -

**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara da Figueira da Foz, que autorizou a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município da Figueira da Foz e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.**-----



- 4 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE RECURSOS HUMANOS
- 4.1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA, PATRIMÓNIO E NOTARIADO
- 4.1.1 - DOAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NA FREGUESIA DE MARINHA DAS ONDAS - PROCESSO DE LICENCIAMENTO Nº 371/05, EM NOME DE MARISOL & SANTOS, LDª - ACEITAÇÃO

Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação prestada pela Secção de Cadastro e Administração de Bens, Drª Paula Panão, datada de 28 de Março último, referindo que na sequência de um processo de licenciamento de obras particulares que correu os seus termos no Departamento de Urbanismo sob o nº 371/05, em nome de Marisol & Santos Ldª., e do despacho do Presidente datado de 26/01/07, vem esta requerente ceder ao domínio público municipal uma parcela de terreno com a área de 39 m2, destinada ao alargamento do arruamento.-----  
Que nos termos da alínea h) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro aceitar doações é uma competência da Câmara Municipal não delegável.-----  
Que o valor patrimonial desta parcela de terreno é de 120,00 € (cento e vinte euros), conforme avaliação do Departamento de Urbanismo.-----  
Nestes termos e com estes fundamentos propõe que este processo seja presente em sede de reunião de Câmara para aceitação da doação de uma parcela de terreno com a área de 39 m2, destinado ao alargamento do arruamento, sita na Rua Dr. José Nuno Gonçalves, freguesia do Paião, a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo nº 1959 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, na ficha nº 9988/Paião, a favor da requerente Marisol & Santos Ldª, que tem sede na Rua dos Alentejeiros, nº 20, Marinha das Ondas, nos termos da alínea h) do nº 1 do artigo 64º da já referida Lei nº 169/99.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a doação de uma parcela de terreno, sita na Rua Dr. José Nuno Gonçalves, freguesia do Paião, deste Município, com a área de 39 m2, destinado ao alargamento do arruamento, a destacar do prédio inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo nº 1959 e a desanexar do prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz, na ficha nº 9988/Paião, a favor da requerente Marisol & Santos Ldª.-----**

- 4.1.2 - PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA FREGUESIA DE BUARCOS, NOS TERMOS DA



**ALÍNEA A) DO Nº 6 DO ARTº 64º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, acompanhado da informação nº 49/2007, datada de 12 de Fevereiro, da Secção de Cadastro e Administração de Bens, a qual se encontra junto ao processo.-----

O Chefe de Divisão Administrativa, Património e Notariado comunicou que, “de acordo com a informação prestada pelo Departamento de Urbanismo, anexa ao processo, a parcela de terreno referida, com cerca de 87,5 m<sup>2</sup>, poderá ser desafectada do domínio público, para eventual cedência a terceiros, pelo valor de 530,00 €”.-----

Assim, nos termos da alínea b), do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta ou pedido de autorização da Câmara Municipal, deliberar sobre a afectação de bens do domínio público municipal.-----

Nestes termos e de acordo com a informação supra, propôs o Director do Departamento Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos que a Câmara Municipal da Figueira da Foz solicite à Assembleia Municipal autorização para a desafecção do domínio público para o domínio privado do município da parcela de terreno acima indicada.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a autorização para a desafecção do domínio público para o domínio privado do município, de uma parcela de terreno, sita em Buarcos, a confrontar do norte com Velaposta, Ldª., sul com Casa de Nossa Srª do Rosário, nascente com domínio público (zona verde) e poente com arruamento, com a área de 87,5 m<sup>2</sup> e avaliada em 530,00 € (quinhentos e trinta euros), para eventual alienação, uma vez que não interfere na utilização dos espaços verdes do loteamento nº188/93, com alvará nº 6/95, em nome de Sociedade de Construções Custódio Antunes, S.A.-----  
Deliberação aprovada em minuta.-----**

**4.2 - DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**4.2.1 - BALANÇO SOCIAL DE 2006**

Pela Divisão de Gestão de Recursos Humanos foi presente o Balanço Social referente ao ano de 2006, devidamente descritivo e elucidativo, documento que ficará devidamente arquivado naquela Divisão e disponível para consulta, quando para tal for solicitado.-----



O Vereador Paz Cardoso interveio, dizendo que se nota um claro aumento do absentismo. Pensa que terão que fazer alguma coisa no sentido de o evitar. Sugeriu uma maior fiscalização e maior motivação das pessoas. Na sua opinião, algum absentismo terá também a ver com a motivação dos trabalhadores e considera que como o absentismo já era tão elevado no ano anterior, esta evolução é demasiado preocupante.-----

Também não sabe se têm presente que quando aprovaram o Regulamento Interno, levantou a questão do atendimento aos munícipes, nomeadamente o ter sugerido um horário contínuo, quer no edifício do Departamento de Urbanismo, quer no Edifício da Câmara Municipal. Pensa que é importante, e na altura disse-o, no sentido de facilitarem a vida aos munícipes, que não haja encerramento dos serviços à hora do almoço e, na medida do possível, que haja um prolongamento na abertura e no encerramento do atendimento ao público, porque muitos munícipes trabalham fora da Figueira da Foz e, cada vez mais, infelizmente, para virem à Câmara tratar de um pequeno assunto, do Urbanismo ou de outra área, perdem uma manhã ou uma tarde. Disse que, na altura, quando discutiram o Regulamento Interno, levantou essa questão que ficou de ser analisada, não se tendo "fechado a porta" a essa possibilidade. Parece-lhe que, com o número de funcionários administrativos que têm na Câmara, não será pela quantidade que de certeza não terão capacidade de alargar o horário de atendimento aos munícipes.-----

Apontou ter reparado que nos objectivos que o Departamento Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos a si próprio traçou em termos de ano de 2006, um deles era a implantação do SIADAP. Pensa que decorreu bem, por aquilo que lhes chegou ao conhecimento e que se já houve algumas alterações, tem a ver com a experiência prática do uso desta ferramenta. O outro objectivo era precisamente o haver uma maior satisfação dos munícipes com o atendimento e com a forma como são atendidos na Câmara. Disse que tem algumas dúvidas que isso tenha acontecido e que não há nenhuma resposta no relatório a este objectivo. Pessoalmente, pensa que não haverá nenhuma razão para dizerem que os munícipes estão mais satisfeitos com o atendimento da Câmara, porque não houve nada de palpável que se tenha alterado na forma como eles são atendidos. Portanto, acha que, por um lado, deviam aumentar o horário de atendimento, por outro lado, deveriam ter a preocupação de ter um "feedback" em relação à satisfação das pessoas quando vêm aos serviços. Frisou também, que isso não é uma competência do Departamento de Recursos Humanos mas do Presidente.-----



Na sua opinião devem rever, se possível, de uma forma mais concreta e calendarizada, o atendimento pelos responsáveis da Câmara, neste caso os Vereadores e o Presidente, em relação aos munícipes. Disse que sabem que as pessoas telefonam, vão ao gabinete, pedem para serem atendidas, mas não há um dia, ou uma altura em que saibam que podem ter este ou aquele Vereador ou o Presidente disponíveis para os atender. Pensa que o que propôs deveria existir na Câmara porque muitas pessoas queixam-se dessa dificuldade.-----

Relativamente ao Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho, acha que houve alguns avanços, mas que é preocupante quando a Divisão de Recursos Humanos aponta que não foi possível avançar ou finalizar a implementação do sistema de segurança por falta de verbas porque, na sua opinião, vale mais perder dinheiro noutras coisas, mas não perder na segurança, não vá acontecer que, amanhã, algum deles seja responsabilizado por alguma situação que possa acontecer, aos bens e às pessoas desta Câmara Municipal, por falta de segurança.-----

Outra questão que já tinha levantada, quando discutiram o Regulamento Interno, e que também estranhou, ou que pelo menos lhe falta alguma explicação, é a periodicidade com que os trabalhadores da Câmara são ou não são presentes a Junta Médica para se avaliar da sua saúde e para, eventualmente, se fazer medicina preventiva. Pensa que não é muito claro neste relatório e também já não era na altura em que discutiram esse assunto. Perguntou se há ou não obrigatoriedade de uma periodicidade desse tipo de exames, porque acha que deveria haver, como acontece na empresa onde trabalha e na maior parte das empresas hoje em dia, em que existe, por regra, uma periodicidade.-----

Apontou, também, que existem no absentismo muitas faltas de acidente em serviço e acha estranho que se a pessoa está em casa e não trabalha durante o dia inteiro e há, de facto, uma incapacidade absoluta que depois no relatório não se indiquem esses dias.-----

O Vereador Lídio Lopes, para fazer uma pequena nota em relação ao que o Vereador afirmou relativamente aos períodos de atendimento dos Vereadores, disse que é uma metodologia utilizada em várias Câmaras Municipais, mas que não quer adoptar porque atende todos os munícipes que querem falar consigo no prazo de três dias a partir do momento em que fazem o pedido e vai a todos os sítios em que solicitam a sua presença, no mesmo prazo. Na sua opinião, um Vereador atende de imediato. Disse que marca um dia por semana para receber as pessoas e se não podem, porque estão a trabalhar, ou por quaisquer razões profissionais ou



familiares então, de acordo com a disponibilidade da pessoa e a sua, marca um dia, num prazo de três dias e é isso que tem feito até agora e ainda ninguém se queixou de que não é recebido na Câmara Municipal para tratar dos seus assuntos que tem a ver com as áreas que tutela. Disse que é uma metodologia usada em muitas Câmaras Municipais e com sucesso, agora cada um, nestas coisas, usa a sua que ainda é o melhor, porque os tempos da gestão por "stocks" já acabaram agora é "just in timing".-----

O Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Dr. Miguel Ribeirinho, explicou que relativamente à questão dos exames periódicos, têm que distinguir o que é Junta Médica e o que são os exames periódicos a que são submetidos os funcionários no âmbito da Medicina Preventiva. São submetidos a junta médica os funcionários que estão de baixa há 60 ou mais dias, ou aqueles que regressam de um acidente de trabalho. Relativamente à medicina preventiva, no ano de 2006 foram submetidos todos os funcionários da Câmara, como é referido no diploma que regula esta matéria, com uma excepção de um funcionário que se recusou. Este ano estão a ser submetidos todos os que têm mais de 50 anos, como também está previsto na legislação. Esta legislação alterna, num ano todos os funcionários, no ano seguinte, só os maiores de 50 anos. Portanto, para o ano serão todos outra vez submetidos a exames médicos no âmbito da Medicina Preventiva e assim sucessivamente.-----

O Presidente, relativamente à questão do alargamento do horário de atendimento, respondeu que a Câmara Municipal já teve uma experiência, posta em prática justamente no Verão, há uns anos, no anterior mandato, em que se começava mais cedo, não interrompendo para a hora de almoço e acabando mais tarde, mas os resultados não foram muito bons. Depois, continuaram a manter um horário um pouco mais alargado que o horário dos serviços e chegaram à conclusão que as pessoas não procuravam os serviços nesses períodos, tendo sido essa a razão por que se voltou ao horário normal.-----

Também com a implementação da "Coimbra Digital", quer no âmbito de uma ligação com a empresa que está a trabalhar com a Câmara, com vários serviços e com vários municípios do Baixo Mondego, da informatização e de procurar levar às Freguesias a possibilidade de também começarem a dar uma melhor resposta a questões que os munícipes possam colocar, sem terem que se deslocar à sede do Município. Presume que com a "Coimbra Digital" e com a instalação dos serviços de banda larga, estendidos a todos os municípios na área do Coimbra e um ou dois



municípios do Distrito de Aveiro, possam cobrir o território de uma forma mais alargada. No entanto, estarão disponíveis a analisar a possibilidade referida pelo Vereador Paz Cardoso, só que a experiência que houve foi muito desmotivadora.-----

O Vereador Paz Cardoso pensa que se não houver uma divulgação adequada e se as pessoas não tiverem conhecimento destas alterações, à partida, não vale muito a pena prolongar horário de atendimento. Na sua opinião, isto não se aprende num mês, nem em dois, nem em três, mas tem de ser divulgado e depois tem que haver alguma experiência e alguma rotina das pessoas nesse sentido. E a ideia com que ficou, na última vez que falaram neste assunto, apesar dos argumentos do Presidente, é de que iam discutir essa hipótese e avançar com essa ideia.-----

O Presidente repetiu que já houve um regime alargado do horário no Urbanismo, durante dois anos e que era do conhecimento público, mas sem resultados práticos. Disse que gostaria de avançar um pouco mais. Que poderá haver a eventualidade de melhor cobertura digital antes de voltar a fazer uma experiência que é sempre difícil em termos de meios humanos e de encargos também para a própria Autarquia.-----

O Vereador Paz Cardoso disse que não estava a pensar em encargos. Deu como exemplo uma experiência própria que implementou na Junta de Freguesia de Tavadede e que funciona com três administrativos, com atendimento dois dias à noite, à segunda-feira e à quinta-feira e à hora de almoço sem um encargo para a Autarquia. Disse que é preciso boa compreensão das pessoas e é preciso também saber organizá-las. Em relação à "Coimbra Digital", disse que está um pouco por dentro desse assunto e, na sua opinião, vai demorar ainda muito tempo.-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

#### **4.3 - DIVISÃO FINANCEIRA**

##### **4.3.1 - PROCESSOS PARA CONHECIMENTO**

Relação que constitui o anexo número dois à presente acta, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do nº 3 do artº 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e delegada no Presidente da Câmara em reunião de 26 de Outubro de 2005. -

- Deferidos - 15 (quinze)-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

##### **4.3.2 - FEIRA DE S. JOÃO/2007 - EDITAL - NORMAS DE FUNCIONAMENTO**

Pela Secção de Taxas e Licenças foi presente o assunto mencionado em epígrafe,



acompanhado do Edital n.º 117/2007, de 16 de Abril, o qual se dá aqui por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente acta, onde se estabelecem as normas de funcionamento da Feira Anual de S. João, a realizar no período de 07 a 25 de Junho do corrente ano.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Edital n.º117/2007, de 16 de Abril, que estabelece as normas de funcionamento da Feira Anual de S. João, a realizar no período de 07 a 25 de Junho do corrente ano.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

#### **4.3.3 - FEIRA DE S. JOÃO/2007 - ARTESANATO - NORMAS DE PARTICIPAÇÃO**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, acompanhado da informação da Secção de Taxas e Licenças, datada de 10 de Abril do corrente, na qual constam as normas de participação, referentes à Feira de Artesanato, a decorrer integrada na Feira de S. João, a realizar no período de 07 a 25 de Junho próximo, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente acta.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de participação referentes à Feira de Artesanato, que irá decorrer integrada na Feira de S. João, a realizar no período de 07 a 25 de Junho próximo, no Parque da Avenida de Espanha, Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

#### **4.3.4 - FEIRA DE S. JOÃO/2007 - GRUPO DE TRABALHO - PARA CONHECIMENTO**

Foi presente o processo supra mencionado, acompanhado de uma informação do Secção de Taxas e Licenças, dando conhecimento do Grupo de Trabalho para a organização da Feira de S. João/2007.-----

Assim o referido grupo é constituído pelos seguintes elementos:-----

Presidente - Vereador Lídio Lopes-----

Vogal Efectivo - Dr<sup>a</sup> Anabela Curado-----

Vogal Efectivo - Josefina Gonçalves-----

Vogal Efectivo - Júlia Major-----

Secretário da Comissão - Anselmo Mariano-----

Colaborador - Dr. José Cardoso - FGT-----

Colaborador - Carlos Azenha-----

Colaborador - Rui Coelho-----

**A Câmara tomou conhecimento.-----**

#### **4.3.5 - COMISSÃO ORGANIZADORA DA IGREJA PAROQUIAL DE MAIORCA - MAIORCA**



**- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO DE LICENÇA DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual se faz acompanhar de um requerimento, datado de 03 de Abril do corrente, através do qual a Comissão Organizadora da Igreja Paroquial de Maiorca, Freguesia de Maiorca, solicita a isenção do pagamento das taxas devidas pela licença especial de ruído, para a realização das comemorações da Páscoa naquela Paróquia.-----

Por despacho do Vereador José Elísio, de 04 de Abril do corrente, e de acordo com a informação dos serviços, foi concedida a licença acima referida, com isenção do pagamento de taxas, ao abrigo do disposto n.º 2 do art.º 3º do Regulamento e Tabela de Taxas e Tarifas em vigor.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Vereador José Elísio, emitido em 04 de Abril do corrente, que autorizou a isenção do pagamento das taxas de licença especial de ruído, à Comissão Organizadora da Igreja Paroquial de Maiorca, Freguesia de Maiorca.-----**

**4.3.6 - GRUPO DE INSTRUÇÃO E RECREIO QUIAENSE - QUIAIOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO DA LICENÇA DE RUÍDO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**

Do Grupo Instrução e Recreio Quiaense, foi presente o requerimento registado sob o n.º 7438, de 26 de Março findo, solicitando a isenção do pagamento das taxas de licença especial de ruído, para a realização do seu 94.º aniversário.-----

Os serviços de Taxas e Licenças, em 27 de Março último, informaram que nos termos do n.º 2 do art.º 3º do Regulamento de Tabela de Taxas e Tarifas em vigor, poderá isentar-se do pagamento de taxa a licença especial de ruído.-----

O Vereador José Elísio, por despacho de 28 de Março último, com base na informação prestada pelos serviços, autorizou a isenção do pagamento da referida taxa.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Vereador José Elísio, emitido em 28 de Março último, que autorizou a isenção do pagamento da taxa da licença especial de ruído, ao Grupo de Instrução e Recreio Quiaense, Freguesia de Quiaios, no âmbito da realização do seu 94.º aniversário.-----**

**4.3.7 - COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE S. JORGE - FESTIVIDADES NO LUGAR DE BIZORREIRO - LAVOS - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA EMISSÃO DA LICENÇA DE RUÍDO E RECINTO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO**



Foi presente o assunto mencionado em epígrafe, para ratificação do despacho do Vereador José Elísio, de 28 de Março findo, que recaiu sobre o requerimento registado sob o n.º 7515, de 27 de Março findo, apresentado pela Comissão de Festas em Honra de S. Jorge, dando conhecimento que pretendem realizar a sua festa anual.-----

Nesse sentido, vêm solicitar a esta Autarquia a isenção do pagamento das taxas devidas pela licença especial de ruído e de recinto.-----

Salientam que se trata de uma festa tradicional e que é a única que se realiza anualmente.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Vereador José Elísio, emitido em 28 de Março último, que autorizou a isenção do pagamento de taxas da licença especial de ruído e de recinto à Comissão de Festas em Honra de S. Jorge, no lugar de Bizarreiro, Freguesia de Lavos deste Município.-----**

**4.3.8 - GRUPO CARAS DIREITAS - ASSOCIAÇÃO DE ACÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTO - BUARCOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPOSIÇÃO DE 2.000 CANTARINHAS E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE PUBLICIDADE**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, acompanhado de ofício registado sob o n.º 8731, datado de 10 de Abril do corrente, dando conhecimento que pretende levar a efeito, no âmbito das comemorações do 1.º Centenário do Grupo Caras Direitas, o evento "Mega Exposição de 2.000 Cantarinhas - de Buarcos à Figueira", a realizar no próximo dia 1 de Maio, na Avenida do Brasil.-----

No âmbito desta iniciativa, o Agrupamento de Escolas de Buarcos participa com os seus Estudantes, Professores e Auxiliares a decorarem a sua cantarinha, e para exposição das mesmas, pretendem utilizar o muro como expositor.-----

Nesse sentido, vêm solicitar a esta Autarquia autorização para a exposição das referidas cantarinhas e isenção das taxas de publicidade, uma vez que o que está em causa é a angariação de fundos para o 1.º Centenário desta Instituição.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, sob proposta do Vereador Lídio Lopes, aprovar a isenção do pagamento de taxas de publicidade ao Grupo Caras Direitas, para a realização do evento "Mega Exposição de 2.000 Cantarinhas - de Buarcos à Figueira", a realizar no próximo dia 1 de Maio, na Avenida do Brasil.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**4.3.9 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2006 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**



Foram presentes os documentos de prestação de contas elencados no anexo I das instruções nº 1/2001, 2ª Secção, do Tribunal de Contas, excepto o documento nº 25 - activos de rendimento variável, por este Município não deter activos deste tipo. Foi também presente o Inventário Municipal dos Bens, Direitos e Obrigações.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão Financeira - Secção de Contabilidade, deste Município e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

O Vereador Pereira Coelho solicitou autorização ao Presidente para se ausentar da sala durante a apresentação daqueles documentos, para não causar maiores prejuízos à sua dinâmica de gestão de Câmara.-----

O Presidente leu a introdução ao Relatório de Gestão, que a seguir se transcreve:-----

“O presente Relatório de Actividades tem por objectivo informar e relatar a actividade desenvolvida pelo Câmara Municipal no ano 2006, o qual se reporta ao primeiro ano completo de actividade do actual Executivo Municipal, no quadro do mandato em curso.-----

A actividade desenvolvida pelo Município em 2006 não deixou de reflectir um contexto económico caracterizado pelo fraco dinamismo da economia portuguesa, bem como as opções de política financeira do Estado subordinada ao objectivo da redução do *deficit* público.-----

Apesar da economia nacional ter registado em 2006, um crescimento económico de 1,3%, o consumo público registou uma redução de 0,2% relativamente a 2005, reflectindo os objectivos do Governo em matéria de controlo da despesa pública e redução do *deficit*.-----

Em consonância com os objectivos do Governo, o Município da Figueira da Foz promoveu a adopção de um conjunto de políticas no sentido de reduzir a despesa pública municipal e o nível de endividamento, sendo de destacar a redução das despesas com pessoal cujo agregado registou em 2006 um valor inferior aos quatro últimos anos antecedentes.-----

Por no Mundo de hoje ser entendido que o desenvolvimento social implica uma distribuição mais equitativa de oportunidades, rendimentos e recursos, a Autarquia tem trabalhado activamente numa participação conjugada entre instituições locais e sociedade civil, nas áreas da educação, acção social e cultura, que ao longo de 2006 foram consideradas como pilares estruturais da sua



intervenção.-----

Na acção social a Autarquia em 2006, através da Rede Social que dinamiza programas de resposta a grupos sociais, mais vulneráveis ( crianças, jovens em risco, idosos em situação de exclusão, pessoas com deficiência, vitimas de violência, comunidades imigrantes e minorias étnicas) tendo em vista a inclusão na comunidade, fomentou um desenvolvimento equilibrado, em que sejam cada vez menores as assimetrias sociais.-----

Na Educação, factor determinante para o desenvolvimento social e humano, concretizou-se um conjunto de acções de apoio à implementação de actividades extra-curriculares, que no ano de implementação abrangeram cerca de 80% da população alvo (alunos do 1º CEB). A concretização deste projecto, lançado pelo Ministério da Educação, ultrapassou largamente em termos de despesas correntes para o município as verbas transferidas pelo poder central.-----

O investimento na elaboração e permanente monitorização da Carta Educativa permitiu um planeamento e a devida intervenção em termos de investimento no parque escolar para além de todas as transferências de verbas para escolas que representou um investimento de cerca de 130 mil euros, acrescentando ainda despesas com transportes escolares e medidas específicas para crianças portadoras de deficiência.-----

Na intervenção cultural conseguiu-se oferecer um plano de acção constante e apelativo fundamentalmente orientado no sentido da dinamização e valorização dos diferentes patrimónios que constituem a identidade concelhia. A programação de actividades de índole formativa, teve um sistemático investimento ao nível dos Serviços Educativos do Museu e Biblioteca, bem como as actividades de promoção e difusão do livro e da leitura, prioritariamente direccionadas para a população escolar.-----

Reforçámos a Biblioteca Municipal como mais cinco postos de acesso à Internet , conscientes da importância que as novas tecnologias da informação têm no âmbito da investigação.-----

Entende o Governo que nestas áreas mais competências devem ser delegadas nas Autarquias. Se muito já se fez para além do que está legalmente destinado, a Câmara está receptiva a acolher novas competências desde que sejam acompanhadas das respectivas transferências de verbas.-----

#### **ORÇAMENTO**-----

No exercício económico de 2006, o movimento de entradas e saídas de fundos



orçamentais totalizou cerca de 77,8 milhões de euros, representando uma redução em relação a 2005 de 3,9%.-----

### Receitas-----

Num total de receitas cobradas de 39,2 milhões de euros, 70,4% correspondem a receitas correntes, enquanto que 29,0% são receitas de capital e 0,6% correspondem a outras receitas, verificando-se uma redução global de cobrança de cerca de 3,4% relativamente a 2005.-----

DESIGNAÇÃO	2005			2006		
	ORÇAMENTO FINAL	EXECUÇÃO	ÍNDICE COBRANÇA	ORÇAMENTO FINAL	EXECUÇÃO	ÍNDICE COBRANÇA
Receitas Correntes	32.808.000	26.535.941	80,9 %	30.930.800	27.552.725	89,1 %
Receitas de Capital	52.537.988	13.487.355	25,7%	44.236.900	11.366.016	25,7 %
Receitas Totais	85.345.988	40.023.296	46,9 %	75.167.700	38.918.741	51,8 %

### Receitas Correntes-----

Depois de 3 anos consecutivos de contínua redução das receitas correntes, no ano 2006 verificou-se uma inversão daquela tendência, tendo as receitas correntes registado um crescimento de 3,8% relativamente a 2005. Contudo, mesmo assim, o valor da cobrança é inferior ao registado em 2004, 2003, 2002 e 2001.-----

De uma maneira geral, os principais agregados registaram uma evolução positiva face a 2005, sendo de destacar, pela importância de que se reveste e porque apresentou uma taxa de crescimento superior ao total das receitas correntes, o comportamento dos impostos directos. No entanto, apesar de todas as rubricas deste agregado terem registado uma evolução positiva, a derrama que é o mais importante para a Autarquia, manteve uma trajectória decrescente, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.-----

**(Gráfico - "Evolução da Cobrança da Derrama", documento que constitui o anexo número cinco à presente acta).-----**

Ainda no contexto das receitas correntes, é de referir a evolução verificada nas receitas associadas à actividade de gestão e ordenamento urbanístico que registaram um decréscimo relativamente ao ano de 2005, sendo este mais acentuado ao nível dos **Impostos Indirectos**, mantendo a trajectória descendente desta receita desde 2004. Para se ter uma noção mais exacta da perda de importância desta receita, constata-se que o valor cobrado em 2006 corresponde a 41% do



valor cobrado em 2004, situação a que não será alheia a crise registada no sector imobiliário, reflectindo a crise de um modelo de desenvolvimento que caracterizou a economia portuguesa nos últimos 20 anos.-----

### Receitas De Capital-----

Nas **receitas de capital**, com um índice de cobrança de 25,7%, os principais desvios situaram-se ao nível da *Venda de Bens de Investimento*, que registou um índice de cobrança de 7,8% em relação ao previsto.-----

Tal como aconteceu no ano antecedente, a conjuntura económica não reuniu as melhores condições para a venda de património municipal, verificando-se o inêxito ou o êxito mitigado dos procedimentos concursais abertos em 2006.-----

A rubrica de *Transferências de Capital* registou, igualmente, um desvio de 11,8 milhões de euros devido, fundamentalmente, à não utilização de verbas consignadas ao investimento do Parque Desportivo de Buarcos, cujo desenvolvimento foi prejudicado por diversos procedimentos judiciais interpostos por terceiros.-----

### Despesas-----

As despesas, com um total de 38,6 milhões de euros, correspondendo 56,7% a despesas correntes e 43,3% a despesas de capital, apresentaram uma redução de cerca de 4,3% em relação a 2005.-----

DESIGNAÇÃO	2005			2006			VAR 05/06
	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	ÍNDICE	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	ÍNDICE	
	FINAL		PAG.	FINAL		PAG.	
Despesas							
Correntes	32.923.400	24.321.749	73,9%	31.155.834	21.918.027	70,4%	-9,9%
Despesas de							
Capital	52.996.804	16.053.780	30,3%	44.246.900	16.714.308	37,8%	4,1%
Despesas							
Totais	85.920.204	40.375.529	47,0%	75.402.734	38.632.336	51,20%	-4,3%

### Despesas Correntes-----

O nível da despesa corrente foi condicionado pela cobrança das receitas e pela maior afectação de receitas correntes à despesa de capital.-----

Assim se explica que, apesar de se ter verificado um crescimento das receitas correntes em 2006, as despesas da mesma natureza tenham registado uma redução de 9,9% relativamente a 2005.-----

Embora os quadros orçamentais da despesa corrente reflectam a despesa numa



óptica de fundos de caixa e, nesta medida, não sejam o melhor instrumento para avaliar o esforço desenvolvido para reduzir as despesas correntes, os mesmos demonstram de forma inequívoca o esforço feito em 2006 para controlar as *Despesas com Pessoal*, apesar do aumento da taxa da contribuição da entidade para a Caixa Geral de Aposentações, que incide sobre as remunerações do pessoal dos quadros.-----

Tal como acima foi referido, o agregado correspondente a *Despesa com Pessoal* registou uma redução de 9,4% relativamente a 2005. Como se poderá verificar nos quadros próprios, a redução verificou-se na grande maioria das rubricas, sendo de destacar a redução de 69,8% do custo com horas extraordinárias, fruto de uma profunda reformulação da organização do trabalho em diversos *Serviços* do Município, sem perda de qualidade dos mesmos.-----

Uma vez que os encargos com pessoal representam uma parte significativa das despesas municipais, a prossecução de uma política de optimização dos recursos humanos é essencial, conciliando simultaneamente o objectivo de redução de custos com a prestação de um melhor serviço aos munícipes.-----

Conforme se pode verificar no quadro seguinte, essa política tem sido sistematicamente prosseguida nos últimos anos.-----

	31.12.2001	31.12.2005	31.12.2006	Variação absoluta 2006/2005	Variação percentual 2006/2005
Pessoal do quadro	626	624	597	-27	-4,3 %
Cont.a termo certo	76	73	56	-17	-23,2 %
Avençados	35	30	13	-17	-56,6 %
Total	737	727	666	-61	-8,39 %

Analisando os custos na óptica da contabilidade patrimonial, pode-se confirmar pela análise do Quadro n.º 53 do Relatório de Actividades que foi efectuada em 2006, uma redução substancial e generalizada dos custos, face ao ano de 2005, registando-se uma diminuição de 4,2 milhões de euros.-----

#### **Despesas de Capital/Grandes Opções do Plano-----**

Da actividade desenvolvida no âmbito das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006, e que se encontra descrita neste Relatório, destacam-se as seguintes



acções:-----

**Serviços Gerais da Administração Pública**-----

Neste sector destacam-se as obras de beneficiação do antigo terminal rodoviário, com a finalidade de adaptar o espaço existente para salas de aula, no âmbito da implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3º e 4º anos e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino Básico, a aquisição de mais um edifício situado na *Esplanada Silva Guimarães* e a aquisição da fracção do prédio onde se encontra instalada a *Junta de Freguesia de S .Julião*.-----

**Educação**-----

Na educação, o 3º sector de actividade com maior volume de investimento, destacam-se a conclusão das obras de beneficiação da *Escola Primária das Alhadas* e da *Escola Primária do Tromelgo* e a beneficiação da *Escola Primária de Ferreira*.-----

De referir ainda que a Câmara Municipal viu aprovada uma candidatura ao *Programa de Apetrechamento Informático das Escolas do Ensino Pré-Escolar*, que tem por objectivo dotar as salas de actividades de um computador, uma impressora e software educativo.-----

No âmbito do Ensino Profissional, o destaque vai para a conclusão das obras do *Centro de Formação Profissional*, investimento que ascendeu a cerca de 1,5 milhões de euros. Este Centro, que se encontra já em funcionamento, foi inaugurado por Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação, no dia 15 de Dezembro de 2006, que elogiou a concepção deste espaço decorrente da adaptação do antigo Matadouro Municipal, citando-o como exemplo a seguir.-----

**Habitação e Serviços Colectivos**-----

No âmbito da actividade desenvolvida em 2006 pela *Empresa Municipal Figueira Domus*, foi concluída a empreitada correspondente aos arranjos exteriores do *Empreendimento do Bairro do Hospital - 2ª Fase*, que envolveu um investimento de 367 mil euros, contribuindo para a requalificação e valorização daquela zona da cidade.-----

Importa referir a continuação do *Programa de Reabilitação dos Prédios Municipais*, sendo de destacar a adjudicação dos trabalhos de requalificação dos *Blocos 1, 3 e 5, do Bairro da Quinta do Paço*, que implicou um investimento de 92 mil euros.-----

No âmbito da gestão social, salienta-se a atribuição dos fogos no *Empreendimento*



da Gala/Sidney - 2.ª fase, no dia 7 de Abril de 2006, que beneficiou 47 famílias de escassos recursos financeiros, 45 das quais originárias da Freguesia de S. Pedro.-----

Ainda relativamente a este empreendimento, é de destacar que lhe foi atribuído o prémio INH/2006 (Promoção Privada), evidenciando a importância deste empreendimento no processo de requalificação de um espaço urbano que se encontrava degradado.-----

Para além da gestão corrente, que implica a articulação com diversas entidades, designadamente a participação nas Comissões Sociais de Freguesia, foram desenvolvidas actividades específicas, sendo de relevar o *Programa de Estudo Acompanhado*, que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento de competências académicas das crianças e dos jovens dos bairros sob gestão da Figueira Domus.-----

Assim, depois da consolidação do Programa do Bairro da Gala - Sidney, lançaram-se as bases para a expansão do referido programa para os Bairros da Quinta das Recolhidas e da Fonte Nova.-----

De salientar também, neste sector de actividade, as iniciativas levadas a cabo em parceria com estabelecimentos de ensino e associações juvenis do concelho, para a educação e sensibilização ambiental, e que se continuaram a revelar de grande sucesso junto da população em geral.-----

O investimento de capital no sector *Habituação e Serviços Colectivos* foi de 1,6 milhões de euros, sendo este o 2.º sector mais representativo no total das Grandes Opções do Plano para 2006.-----

#### **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**-----

Destaca-se, neste sector, a conclusão das obras do *Núcleo Museológico do Sal*, investimento que ascendeu a um valor de cerca de 470 mil euros.-----

No domínio da cultura salientam-se o diversificado conjunto de iniciativas culturais que se encontram devidamente descritas na introdução efectuada, designadamente no que se refere à programação desenvolvida no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz, bem como no Museu e Biblioteca Municipais.-----

#### **Indústria e Energia**-----

Através da *Figueira ParaIndústria - Gestão de Parques SA*, foram propostos para deliberação de Câmara Municipal, 5 projectos empresariais, Campoaves, Gialmar, Globaldoors, Henrique Nogueira Mariano, Marindi.-----

Com a implantação numa área de 65.450 m<sup>2</sup> estes projectos representam um



investimento de 26.650.000 euros, perspectivando-se a criação de cerca 160 postos de trabalho.-----

Em Maio de 2006 foi inaugurada a *Incubadora de Empresas da Figueira da Foz* que contou com a presença do Secretário de Estado da Indústria.-----

Neste sentido foi possível à associação que a gere, desenvolver em pleno a sua actividade no 2.º semestre, tendo sido admitidas para incubação, três empresas, duas na área de serviços e uma na vertente industrial. Foram ainda realizadas cinco acções de formação, promovidas pela ACIFF, nas instalações da Incubadora, tendo-se realizado, no auditório da Incubadora, no mês de Novembro, o 1º seminário do Projecto Centro Parques, promovido pelo CEC - Conselho Empresarial do Centro.-----

Constituída em 2005, com o fim de garantir os meios financeiros necessários à execução do projecto da Incubadora de Empresas, efectuou em 2006 o acompanhamento do *Projecto de Investimento da IEFF - Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, Associação para o Desenvolvimento Empresarial*, disponibilizando os fundos necessários à finalização do Projecto de Investimento, sob a forma de contribuições financeiras complementares e empréstimos reembolsáveis.-----

Em 2006, o projecto da Zona de Actividades Logísticas da Figueira da Foz, na tipologia de Plataforma Portuária foi enquadrado no programa nacional Portugal Logístico, estando integrada no Estudo de Avaliação Ambiental e Estratégica, encomendado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Neste sentido, foram iniciados os procedimentos necessários ao desenvolvimento daquela zona, como sejam o levantamento do cadastro e a suspensão do PDM.-----

No dia 24 de Outubro teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal da Figueira da Foz a sessão de apresentação do Relatório Final da Plataforma Empresarial e Logística que ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro.-----

Os dez municípios envolvidos no projecto (Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Leiria, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Pombal, Soure) acordaram constituir um Agrupamento Complementar de Empresas que tem por fim promover e viabilizar do ponto de vista técnico, económico e político a Plataforma Empresarial e Logística (PEL), assegurando também a viabilização, implementação e acompanhamento do projecto da Zona de Actividades Logísticas da Figueira da Foz (ZAL).-----

**Transportes e Comunicações**-----



Este sector é o mais representativo das Grandes Opções do Plano para 2006, apresentando um investimento global de cerca de 1,7 milhões de euros.-----

O investimento realizado em 2006 incidiu prioritariamente na execução, beneficiação e extensão da rede viária de todo o Município. Em complemento deste investimento, a Câmara Municipal efectuou, igualmente, transferências de verba para as Juntas de Freguesia num total de 133 mil euros.-----

Em 2006 foram concluídas as obras de remodelação e ampliação do Parque de Estacionamento junto ao Cais Comercial, que incluíram o arranjo dos passeios da Avenida Saraiva de Carvalho e a da ciclovia, num total de 473 mil euros.-----

De salientar também, e em complemento do investimento efectuado, a melhoria das condições de segurança de veículos e peões em diversas áreas do concelho, através da implementação de adequados sistemas de sinalização viária e semaforização.-----

No seguimento da constituição da *Empresa Municipal Figueira Parques*, em 23 de Setembro de 2005, esta Empresa prosseguiu, no ano transacto, a sua actividade de gestão do estacionamento público urbano de duração limitada da Figueira da Foz, destacando-se a entrada em funcionamento do cartão TELEPARQUE, que permite efectuar o pagamento ou a revalidação do estacionamento através de uma chamada telefónica gratuita, evitando a utilização dos parcometros e alguns dos problemas a eles associados, tais como, a falta de moedas ou a interrupção de qualquer tarefa para revalidação do estacionamento.-----

#### **Comércio e Turismo**-----

Considerada a redução orçamental verificada em 2006, a Empresa Municipal Figueira Grande Turismo privilegiou a manutenção dos eventos tradicionais, que constituem, por si só, um importante cartaz de atracção.-----

Realçam-se o Carnaval 2006, o 5º Festival de Peixes Tradicionais, as Festas da Cidade que incluíram, à semelhança de anos anteriores, a Festa da Sardinha, o Desfile de Marchas Populares, o Espectáculo Piromusical e a Festa do Banho Santo, na noite de S. João, a Missa Solene, Procissão e Benção do Mar, no dia 24 de Junho, e ainda a Feira das Freguesias. O Sport Zone - Futebol de Praia, as Corridas de Touros, das quais se salienta a XXV Corrida da Rádio, promovida pela Casa de Pessoal da RTP e que apresentou um cartel de elevada qualidade, o 6º Encontro de Tuning da Figueira da Foz, os Trilhos da Figueira 2006, As Festas do Natal e Fim de Ano 2006/2007, realizadas pelo 7º ano consecutivo.-----

Na área dos Congressos de registar a captação, em 2006, de um maior número de



eventos e um considerável aumento da procura, o que reflecte um gradual aumento de notoriedade do CAE, junto deste segmento de mercado.-----

No que se refere à promoção interna e externa, a Figueira Grande Turismo, em parceria com a Região de Turismo do Centro, manteve a sua presença em diversos certames europeus da especialidade, dando-se prioridade ao mercado espanhol, onde foi marcada presença com stand próprio, designadamente em *Salamanca e Valladolid*.-----

De salientar e tal como já referido a gestão do Centro de Artes e Espectáculos pela Figueira Grande Turismo, desde Setembro de 2004, tendo esta Empresa Municipal, desde essa data, não só garantido a continuidade de uma programação cultural de qualidade, mas também a dinamização daquele equipamento, através da criação de novos espaços expositivos e de lazer.-----

#### **Dívida Municipal**-----

O nível de endividamento líquido do Município da Figueira da Foz manteve-se enquadrado nos limites legalmente definidos, fruto do esforço referido anteriormente, para o qual contribuiu de forma determinante o acompanhamento sistemático do planeamento e execução financeira que envolveu todas as principais chefias.-----

O passivo de médio/longo prazo registou uma redução de 2,1 milhões de euros (-7,5%) face ao ano 2005, em resultado do processo de amortização planeada dos empréstimos contratados.-----

Importa referir que os rácios correspondentes ao Serviço da Dívida mantiveram baixos níveis de afectação dos recursos financeiros, registando-se nalguns indicadores uma ligeira redução.-----

Em contrapartida, o passivo de curto prazo registou um crescimento de 9,9% relativamente ao ano transacto, o que traduz uma clara inflexão da curva de crescimento relativamente aos anos antecedentes.-----

Esta inflexão, da curva de crescimento do passivo de curto prazo, só não foi mais acentuada, por a conjuntura económica não ter permitido a alienação de património municipal não essencial à actividade do município. Contudo, em função do controlo da despesa municipal efectuada em 2006, é de prever uma inflexão ainda mais acentuada durante o ano de 2007, independentemente da concretização ou não da alienação do património municipal.-----

Apesar do esforço de redução da despesa municipal, importa referir que a transferência de competências da administração central para a administração



local, tem gerado uma pressão no sentido do crescimento das despesas correntes, a qual nem sempre tem sido acompanhada das adequadas e equilibradas contrapartidas financeiras.-----

Por outro lado, o maior nível de desenvolvimento da Figueira da Foz, caracterizado por diversos equipamentos de projecção regional e até nacional, assim como a prossecução de políticas mais activas no âmbito da cultura, educação, juventude e área social, mantêm a emergência de responsabilidades e correspondentes despesas, de considerável dimensão.-----

A descentralização de competências nas Juntas de Freguesia do Concelho, com óbvios benefícios para as populações locais, obrigou a um esforço financeiro suplementar apesar de insuficiente face às necessidades e ambições dos respectivos responsáveis autárquicos.-----

O enquadramento económico nacional, com óbvios reflexos no comportamento das receitas municipais, a todos os níveis, contribuiu, sem dúvida, para o déficit verificado no final do ano.-----

A Câmara tem a noção de responsabilidade de criar soluções, sabendo o caminho e tendo o conhecimento detalhado do cenário, mas também sabe que os problemas financeiros do município da Figueira da Foz, comuns à generalidade das Autarquias Locais, tem, obrigatoriamente, que passar por uma equilibrada e adequada repartição dos recursos nacionais. É certo que muito depende da Câmara, mas outro tanto depende da forma como a deixam, ou não, executar o planeado para a Figueira da Foz.-----

É propósito do Executivo, apesar de todos os escolhos que encontrou no percurso, cumprir o sentido estratégico definido no início do mandato.-----

Não se perde a esperança fundamentada, quer pelas bases criadas nestes difíceis últimos anos, quer na consolidação e no efeito que se sente já, de um conjunto significativo de medidas introduzidas na gestão dos serviços, quer na concretização planeada no tempo, dos compromissos assumidos com os Figueirenses apesar dos incómodos factores externos, que muito perturbaram o nosso percurso normal.-----

Melhorar, sempre e cada vez mais, a qualidade de vida dos Figueirenses é o objectivo que norteia, sem quaisquer desvios, a actuação deste Executivo. Este relatório espelha essa vontade e demonstra esse sentido, em todas as áreas de actuação municipal.”-----

O Vereador Victor Sarmiento interveio iniciando uma análise ao Relatório e Contas



através da apresentação de um conjunto de mapas e gráficos, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número seis à presente acta, socorrendo-se do sistema multimédia, como já é habitual, porque acha que se torna mais fácil visualizar alguns dos resultados que o Presidente apresentou.-----

Pegou nas últimas palavras em que o Presidente referiu alguns investimentos realizados e lamentou ter de informar que outros tantos não foram realizados e alguns deles, inclusivamente, prometidos mesmo em cima do ano de 2006.-----

Referiu que esta apresentação é muito sucinta e dirigida, essencialmente aos aspectos que consideram prioritários em relação ao relatório de 2006. Transcrevem, em gráfico algumas das situações que o Presidente já referiu, mas com outra visão, outra análise, o que é natural, dado o posicionamento dos Vereadores da Oposição em relação ao Orçamento e ao Plano de Actividades para o ano de 2006:-----

Começou por referir que os dados estatísticos, patrimoniais ou financeiros apresentados constam dos relatórios oficiais da Câmara Municipal da Figueira da Foz;-----

Consideraram o Ano Base de 2001 e só por isso são referidos dados relativos a este período;-----

A análise incidiu sobre o período de 2001-2006, quando se iniciaram os mandatos do actual Presidente da Câmara. Incidiu sobre o Orçamento Municipal; Pessoal e Serviços Externos; Endividamento e com uma apresentação de conclusões muito breves.-----

O gráfico sobre o Orçamento Municipal faz uma amostragem dos orçamentos elaborados desde 2001 em que, exceptuando o ano de 2003, que foi o orçamento mais baixo, talvez mais realista, conforme se pode verificar com a sua execução, e dado a execução orçamental de 2001 a 2006 ter ficado muito aquém do orçamento previsto, conforme disse o Presidente, o ano transacto passou ligeiramente os 50%.-----

Disse que se considerarem o desvio não executado, verificam que dá 49% do orçamento previsto para o ano passado e, mediante esta análise, pode dizer que, como o Presidente referiu, parece ter havido uma melhoria percentual em relação a 2005, mas, no entanto, houve uma diminuição do orçamento executado, porque em 2005 foi de 40,6 milhões de euros e em 2006 38,6 milhões de euros. Portanto, há de facto uma diminuição orçamental executada no ano de 2006.-----



Esperam e vão aguardar pelo resultado de 2007. Constatou que, pelo menos, em termos de dívida orçamental, este ano é um pouco mais realista mas, seguramente, também não vão chegar nem de longe nem de perto aos 72,5 milhões de euros orçamentais que o Executivo apresentou.-----

Relativamente ao gráfico do pessoal, referiu que há uma ligeira diminuição do número de trabalhadores, pouco abaixo dos 700, mas têm que reconhecê-lo. O mesmo aconteceu com os custos com o pessoal, em que houve uma diminuição ligeira o que reconhecem. Não percebem, no entanto, como é que para o ano de 2007 se anunciou um aumento dos custos com o pessoal, o que se verá como vai ser.-----

Entrando no gráfico do Fornecimento de Serviços Externos, também se registou uma diminuição na aquisição destes serviços no ano que passou, prevendo-se no orçamento de 2007 um aumento, que desconhecem a razão. Mas, de qualquer forma, vão registar este resultado, embora seja enganador, conforme irão verificar na exposição que irão fazer: se ligarem o número de pessoal e Serviços Externos, obtêm um gráfico onde verificam, de facto, que o pessoal dos serviços externos em 2006 tem uma diminuição dos custos.-----

Passando para o endividamento, verificou-se que a situação se agravou como se pode verificar no gráfico. Verificou-se um aumento de 32,9 milhões de euros para 36,2 milhões de euros, e se considerarem o aumento no endividamento de 2001 até 2006, ficam com um aumento de mais de 475%. Analisando a variação de endividamento por tipo de credor, surpreende-o, de facto, que os fornecedores tenham rejeitado um aumento substancial de 2,208 milhões de euros (cerca de um terço), os fornecedores Imobilizado com 0,089 milhões de euros e os outros credores com 1,082 milhões de euros. Relativamente a este tipo de credores pretende saber que outros credores são estes, ou seja, qual a razão para se ter verificado aumento de endividamento de curto prazo de 3,4 milhões de euros.-----

Em relação ao endividamento médio e longo prazo, há uma ligeira diminuição de 2005 para 2006, mas, também, não seria de esperar outra coisa, dada a impossibilidade de recorrer à Banca, por a Câmara Municipal ter atingido os limites legais, para essa mesma possibilidade.-----

Contabilizaram o total da dívida da Câmara de médio e longo prazo de 2001 até 2006, e esta chegou aos 26 milhões de euros. Juntando aqui o endividamento de curto prazo com o endividamento de médio prazo, no gráfico verificam que há um agravamento de cerca de 1 milhão de euros. Portanto, estamos a falar de mais de 62 milhões de euros e isto referente à dívida total e não ao passivo que ainda é



superior.-----  
O Presidente interveio para esclarecer que o acréscimo de endividamento na conta de "outros credores" se reporta às empresas municipais Figueira Grande Turismo e Figueira Domus.-----  
Acrescentou, ainda, que não se pode somar valores ao passivo da Câmara com os das empresas municipais, porque há valores cruzados e, portanto, pura e simplesmente somam algumas verbas, que estão a ser duplicadas. Por outro lado, parece-lhe que alguns dos valores indicados no gráfico, claramente em 2007 é orçamento, como é obvio, nem podia deixar de ser.-----  
De qualquer maneira, gostava de dizer ao Vereador que a despesa com o pessoal é a que tem mais peso ao nível dos encargos correntes, sendo na ordem dos 50 %. No entanto, uma redução de 10% é uma redução, que levou a um esforço de racionalização e de métodos de trabalho que não foram fáceis. Obviamente, que há também alguns aumentos, porque não pode deixar de haver. Portanto, não têm nenhum regozijo na diminuição de pessoal, fizeram-no porque foi possível ser feito, sem prejuízo de deixar de responder aos compromissos que têm com os Municípes.-----  
O Vereador António Tavares interveio, dizendo que ia fazer um ou outro registo em relação àquilo que o Vereador Victor Sarmento acrescentou, começando por dizer que a situação mantêm-se preocupante, aliás, tal como ressalta justamente das suas palavras, e mantêm-se preocupante no geral, não obstante o ter havido algumas inflexões no sentido positivo. A situação financeira da Câmara é uma situação que os preocupa, tal como os preocupa a situação relativamente ao investimento.-----  
Constataram que, do ponto de vista do orçamento do capital e das despesas de investimento que a Câmara tem que fazer, a situação mantêm-se muito má. As receitas de capital estão muito abaixo daquilo que estava previsto, embora, possam compreender que as previsões têm em vista, justamente, procurar cobrir aquilo que eram as previsões das despesas de capital. Mas, as despesas de capital e as despesas de investimento, também, continuam a manter valores muito baixos, ou seja, neste momento, têm uma gestão que tem apenas preocupações de gestão corrente, não estão a investir nem vão poder investir nos próximos anos, porque não têm receitas suficientes para tal e porque têm uma situação de endividamento que é bastante gravosa. As despesas de investimento caíram, todos os rácios indicam uma quebra acentuada das despesas de investimento; o rácio



investimento/população caiu de 125 para 113 e já vinha a cair; o rácio investimento/receita total caiu 19,5 para 18,3; o rácio investimento/despesa total caiu de 19,3 para 18,4. Portanto, esta situação da quebra acentuada do investimento é uma preocupação que não podiam deixar de acentuar, tanto mais que alguma desta quebra de investimento, tem sido notória na anulação de algumas obras, que consideram estruturantes e que a Câmara deveria estar a levar a cabo, consoante as promessas eleitorais que foram feitas.-----

O Presidente constatará que, de facto, do ponto de vista da receita corrente, tem havido uma tendência de quebra, embora, haja neste ano de 2006, uma ligeira inversão. Mas, não podem dizer, ainda, que esta inversão é uma inversão consolidada. Vão esperar pelos próximos exercícios, para verificar se, de facto, se consegue essa ligeira inversão, alcançada em 2006 em termos da receita corrente. A receita de capital tem caído por aí abaixo, como uma bola de neve. Desde 2004, dezasseis milhões e meio de euros; em 2005, treze milhões e meio de euros e em 2006, onze milhões e meio de euros.-----

Já aqui se falou em discussões desta índole, anteriormente, já se falou na quebra constante da derrama, e já lhes disse das duas vezes que abordaram esta questão que se iria tentar indagar o que é que se passava com esta derrama. Volvido este tempo, não têm ainda uma explicação e gostariam de a ter, para saber a razão pela qual a derrama tem caído desta forma, perto de oito milhões, corrija-o se está errado. Portanto, é uma quebra de seis milhões de euros, é uma quebra que tem um peso muito acentuado na estrutura da receita corrente e, por isso, seria bom que pudessem perceber, efectivamente, o que é que se passa com a derrama. Quando olham para a estrutura da receita, verificam que o que nos tem aguentado tem sido, de facto, os impostos directos, e dentro dos impostos directos as receitas do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis e do IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão de Bens Imóveis, aquilo que se chamava antes, a contribuição autárquica e a antiga SISA, que, inclusive, tiveram um comportamento tão positivo que excederam o próprio orçamento previsto. Portanto, o IMI esteve bastante acima daquilo que se previa, previu-se quatro milhões, em números redondos, obteve-se seis milhões; o IMT previu-se dois milhões, obteve-se quatro milhões. Já as taxas, por exemplo, caíram de uma previsão de dois milhões para um milhão. Significa isto, que são as famílias Figueirenses que compram casa que tem vindo a sustentar o orçamento corrente deste Município e, sendo assim, de facto, esta sua preocupação ainda é mais acentuada. Repare-se



que, nas receitas de capital, a venda de bens de investimento apontava para uma previsão de vinte e um ponto nove milhões de euros, ou seja, quase vinte e dois milhões, e conseguiu arrecadar-se um vírgula sete milhões de euros. As transferências de capital, também, sofreram uma quebra acentuada. Portanto, isto quer dizer que esta preocupação, pelo futuro, que nos aponta um caminho que é de gestão corrente gravosa, porque têm que continuar para fazer poupança em termos do orçamento corrente, e a pouca esperança que há em relação à nossa capacidade de investirmos no futuro traduz, de facto, uma situação que gostariam de ver invertida.-----

Continuou referindo que o Vereador Víctor Sarmiento mostrou-lhes os valores da dívida e sabem que a dívida de médio/longo prazo, tem mantido desde 2004, 2005 e agora para 2006 uma ligeira atenuação; evidentemente, também não poderiam recorrer a este tipo de financiamento e têm que a ir pagando, mas convertendo, por assim dizer, aquilo que era dívida de médio/longo prazo em dívida de curto prazo. Continuam a partir deste exercício com limitações do endividamento, portanto, não podem recorrer ao endividamento. Os números da dívida de curto prazo são tão estonteantes, ou tão "venenosos" para usar a tal expressão, que em 2002 a dívida de curto prazo era de 2,3 milhões de euros e hoje é de 36,1 milhões de euros, isto é, cresceu 1.500%. Portanto, desde já, quer deixar aqui patente esta enorme preocupação em relação ao investimento, e aquilo que se faz em relação à esperança que os mais novos depositam em nós.-----

O Vereador Victor Sarmiento interveio dizendo que vão votar contra os documentos de prestação de contas, não porque estejam mal feitos, obviamente - porque não estão mal feitos - mas pelos resultados obtidos no ano de 2006. Mas gostava de lançar um repto, mais uma vez em nome do Partido Socialista que diz o seguinte: "Por não encontrarmos em conjunto as melhores soluções para sanear financeiramente este Município. A situação é preocupante em termos de Câmara e de empresas municipais, há que concertar esforços, há que potenciar as energias, há que fazer, inclusivamente, os sacrifícios necessários, se tal for preciso, mesmo sobre o ponto de vista eleitoral, mas, nós temos que encontrar solução para o saneamento deste Município. Não podemos é continuar neste caminho e, seguramente, será mais fácil encontrar o caminho mais correcto se o fizermos em conjunto".-----

**A Câmara, encontrando-se ausente o Vereador Pereira Coelho, após proceder à votação, deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, quatro votos contra**



dos Vereadores Víctor Sarmiento, Paz Cardoso, António Tavares e Mário Paiva, tendo o Presidente feito uso do voto de qualidade, de acordo com o nº 2, do artº 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o seguinte:-----

- 1 - Aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz, relativos ao ano de 2006;-----
  - 2 - Aprovar o Inventário Municipal dos Bens, Direitos e Obrigações, que faz parte integrante do documento anterior;-----
  - 3 - Aprovar a aplicação do resultado líquido negativo de 4.300.934,51 € (quatro milhões trezentos mil novecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos) em resultados transitados.-----
  - 4 - Submeter estes documentos à apreciação da Assembleia Municipal.-----
- Deliberação aprovada em minuta.**-----

O Vereador Paz Cardoso apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----  
"Eu votei contra estes documentos porque ao lê-los pareceu-me mais o testamento de um moribundo. Pareceu-me mais uma entidade, sem soluções, sem alternativas, sem projectos, sem nenhuma forma ou estratégia que lhe permita alterar a situação. Portanto, uma Câmara que vai a caminho do abismo, obviamente, que estamos a falar de noventa milhões de dívidas, noventa milhões para um Município como a Figueira da Foz e com situação económica que nós conhecemos das Famílias e do País, noventa milhões é a proximidade do abismo, e portanto, fiquei com a noção de estar a ver o testamento de um moribundo, e daí o meu voto contra.-----  
Como o meu colega acabou de dizer, acho que é altura de "soar o alarme", é altura de pensarmos o que é que queremos para o futuro da Figueira, e de pensarmos o que é que é necessário tomar em termos de atitudes e de decisões, por muito que elas custem a algumas pessoas mesmo politicamente, para tentarmos inverter a situação, porque a noção que tenho e que não sou só eu que a tenho, é a de muita gente, é que caminhamos rapidamente para um abismo que é irreversível em termos financeiros".-----

O Presidente apresentou também a seguinte Declaração de Voto:-----  
"Nós apresentámos as contas do exercício de 2006, foi isso que foi aqui submetido à Câmara, não foi nenhum Plano para 2007, isso, já foi apresentado, e descrito, tudo aquilo que foi feito, de uma forma completamente aberta. Conseguimos ficar num nível de endividamento que nos é imposto pelo Estado, diminuámos o endividamento a longo prazo, invertemos a tendência de aumento do



endividamento a curto prazo, diminuámos razoavelmente sem prejuízo para os Municípios, o encargo com o pessoal, com grandes sacrifícios conseguimos controlar a despesa. E, portanto, a situação da Câmara é o que é, mas nós conseguimos ter no exercício de 2006 comparado com o exercício anterior, um resultado positivo. Por isso, naturalmente, como não podia deixar de ser votamos a favor."-----

#### **4.3.10 -1ª REVISÃO ÀS GOP E ORÇAMENTO DE 2007**

Foi presente, para apreciação e aprovação, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2007, documento que se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número sete à presente acta.-----

**A Câmara, encontrando-se ausente o Vereador Pereira Coelho, deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e quatro votos contra dos Vereadores Vítor Sarmento, Paz Cardoso, António Tavares e Mário Paiva, tendo o Presidente feito uso do voto de qualidade, de acordo com o nº 2, do artº 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2007 e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

#### **4.3.11 -RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**

Resumo Diário da Tesouraria do dia treze do corrente mês, verificando-se que apresenta um saldo disponível de 5.158.894,86 € (cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e quatro euros e oitenta e seis cêntimos).-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

#### **6 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO**

#### **6.1 - DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

#### **6.1.1 - PROCESSOS DE LOTEAMENTOS PARA CONHECIMENTO**

Relação que constitui o anexo número oito à presente acta, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do nº 3 do artº 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e delegada no Presidente da Câmara em reunião de 26 de Outubro de 2005.

- Deferidos - 4 (quatro)-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

#### **6.3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO URBANISMO**

#### **6.3.1 - PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES E AUTORIZAÇÕES PARA**



**CONHECIMENTO**

Relação que constitui o anexo número nove à presente acta, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do nº 3 do artº 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e delegada no Presidente da Câmara em reunião de 26 de Outubro de 2005.

- Deferidos - 178 (cento e setenta e oito)-----

- Indeferidos - 8 (oito)-----

**A Câmara tomou conhecimento.**-----

**6.3.2 - PROCESSO Nº 1126/02 - SANDRA MARIA JORGE FIGUEIREDO - SÃO JULIÃO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL PARA ACABAMENTOS**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, no qual a requerente, através do requerimento n.º 1216, datada de 12 de Fevereiro do corrente ano, apresenta um pedido de licença especial para acabamentos, por um período de seis meses.-----  
Assim, nos termos do n.º 3, do art.º 88º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho, propôs o Director de Departamento de Urbanismo, Eng.º Mário Maduro, em 29 de Março findo, o deferimento da licença especial para acabamentos por um período de seis meses, nos termos da informação técnica de 28 de Março último.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação técnica e com base no n.º 3 do art.º 88º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho, autorizar que seja emitida a licença especial para acabamentos, por um período de seis meses, à requerente Sandra Maria Jorge Figueiredo.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**6.3.3 - PROCESSO Nº 304/01 - TÍNDARO AURÉLIO OLIVEIRA - TAVAREDE - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL PARA ACABAMENTOS**

Da Divisão Administrativa do Urbanismo, foi presente o processo mencionado em epígrafe, informando que o requerente acima referenciado, através do requerimento n.º 1970, de 08 de Março último, solicita a licença especial para acabamentos, pelo período de três meses.-----

Nos termos do n.º 3, do art.º 88º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho, e com base na informação técnica prestada em 02 de Abril do corrente, o Director do Departamento de Urbanismo, Eng.º Mário Maduro, em 29 de Março findo, concordou com o deferimento da licença especial para acabamentos por um período de três meses.-----



A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação técnica e com base no n.º 3 do art.º 88º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho, autorizar que seja emitida a licença especial para acabamentos, por um período de três meses, ao requerente Tíndaro Aurélio Oliveira.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**6.3.4 - PROCESSO Nº 1121/01 - CLUBE RECREIO INSTRUÇÃO ALHADENSE - ALHADAS - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS**

Foi presente a informação n.º 3, datada de 29 de Março último, no seguimento do requerimento registado sob o n.º 232, em 09 de Janeiro findo, do Clube Recreativo Instrução Alhadense, solicitando isenção de taxas referentes ao licenciamento de construção de um pavilhão gimnodesportivo.-----

De acordo com a informação dos serviços, que mereceu a concordância da Chefe de Divisão e do Director de Departamento de Urbanismo, Eng.º Mário Maduro, em 04 de Abril e 05 de Abril do corrente, respectivamente, propõem nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 89º do Regulamento de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas, aprovar a isenção de taxas referente ao licenciamento mencionado em epígrafe.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação dos serviços, isentar do pagamento das respectivas taxas, o Clube Recreativo Instrução Alhadense, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 89º do RUETCU - Regulamento de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**6.3.5 - PROCESSO Nº 568/01 - MÁRIO FERNANDES OLIVEIRA - BOM SUCESSO - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL PARA ACABAMENTOS**

Pela Divisão Administrativa de Urbanismo, foi presente o processo supra mencionado, no qual consta o requerimento registado sob o n.º 2470, datado de 23 de Março findo, referente a Mário Fernandes Oliveira, solicitando uma licença especial para acabamentos, por um período de três meses.-----

Consta da informação dos serviços agregada a este processo, que o mesmo pode ser mudado de regime para que seja analisado com base no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho, pelo que, o Director de Departamento de Urbanismo, Eng.º Mário Maduro, em concordância com a informação supra mencionada, propôs a transição para o novo regime legal, e o deferimento da licença especial para acabamentos, por um



período de três meses.-----  
Mais, propôs que a licença de utilização fique dependente da junção de nova certidão da Conservatória do Registo Predial, em nome do Requerente.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação técnica, que a análise do processo seja feita com base no novo regime legal, e nos termos do n.º 3 do art.º 88º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho, autorizar que seja emitida a licença especial para acabamentos, por um período de três meses, devendo o requerente Mário Fernandes Oliveira ser notificado a proceder à junção de nova certidão da Conservatória do Registo Predial.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

- 7 - DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS
- 7.3 - DIVISÃO DE OBRAS DE EMPREITADAS E SANEAMENTO
- 7.3.1 - REMODELAÇÃO/AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À ZONA DE TAVAREDE, CARRITOS, CASAL DA AREIA E CACEIRA - SISTEMA ELEVATÓRIO PINHAL DAS ÁGUAS - CONDADOS - TRABALHOS A MAIS 4

Pela Divisão de Obras de Empreitadas e Saneamento, foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação datada de 21 de Março findo, na sequência do fax com a referência n.º 634, de 09 de Março último, da empresa Águas da Figueira, S.A., indicando que é enviado, conjuntamente, o relatório de propostas de trabalhos a mais não previstos para aprovação, respeitante à empreitada acima referida.-----

Face ao exposto, Directora de Departamento de Obras Municipais, em 27 de Março do corrente ano, concordou com a informação dos serviços, onde se propõe a aprovação dos trabalhos adicionais, no valor de 12.943,90 €, acrescido de IVA, bem como a comparticipação da Câmara Municipal em 25%, de acordo com o art.º 35º do contrato de concessão.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais, no valor de 12.943,90 € (doze mil, novecentos e quarenta e três euros e noventa centésimos), acrescido de IVA, bem como a comparticipação da Câmara Municipal em 25%, de acordo com o art.º 35º do contrato de concessão, cujo valor é de 3.235,98 € (três mil, duzentos e trinta e cinco euros e noventa e oito centésimos), acrescido de IVA, referente à empreitada "Remodelação/Ampliação do sistema de abastecimento de água à zona de Tavarede, Carritos, Casal da Areia e Caceira - Sistema Elevatório Pinhal das Águas - Condados".**-----



**7.3.2 - REMODELAÇÃO/AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À ZONA DE TAVAREDE, CARRITOS, CASAL DA AREIA E CACEIRA - SISTEMA ELEVATÓRIO PINHAL DAS ÁGUAS - CONDADOS - TRABALHOS A MAIS 3**

Foi presente o processo em epígrafe, pela Divisão de Obras de Empreitadas e Saneamento, acompanhado de uma informação datada de 21 de Março último, através de relatório de propostas de trabalhos a mais, anexado ao fax n.º 636, de 09 de Março findo, da empresa Águas da Figueira, S.A., referentes a trabalhos a mais não previstos da empreitada acima referida, e correspondentes a trabalhos de drenagem do recinto do Pinhal das Águas.-----

A Directora de Departamento de Obras Municipais, em 27 de Março do corrente ano, concordou com a informação dos serviços, onde se propõe a aprovação dos trabalhos a mais no valor de 1.140,12 €, acrescido de IVA.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais, no valor de 1.140,12 € (mil, cento e quarenta euros e doze cêntimos), acrescido de IVA, referente à empreitada "Remodelação/Ampliação do sistema de abastecimento de água à zona de Tavarede, Carritos, Casal da Areia e Caceira - Sistema Elevatório Pinhal das Águas - Condados", não os considerando abrangidos pela comparticipação no âmbito do art.º 35º do contrato de concessão.-----**

**7.3.3 - SISTEMA DE SANEAMENTO DE BISCAÍNHAS, FANATES, GUADALUPE E SEIXIDO - 1ª FASE - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS**

Foi presente o fax com a referência n.º 683, datado de 16 de Março último, da empresa Águas da Figueira, S.A., para conhecimento e aprovação dos trabalhos a mais não previstos da empreitada acima referida, acompanhado do respectivo relatório de propostas.-----

Em 27 de Março findo, a Directora de Departamento de Obras Municipais, concordou com a informação do Chefe de Divisão de Obras de Empreitadas e Saneamento, no sentido de aprovar os trabalhos a mais no valor de 524,00 €, acrescido de IVA.--

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais, no valor de 524,00 € (quinhentos e vinte e quatro euros), acrescido de IVA, referentes à empreitada do sistema de saneamento de Biscainhas, Fanates, Guadalupe e Seixido - 1.ª fase.-----**

**7.3.4 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS ETA'S DE BRAÇAS, CARRITOS E LAVOS - LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA**

Foi presente uma informação dos serviços registada sob o n.º 6694, de 07 de Março último, referente à obra em epígrafe, anexada de ofício da empresa Águas



da Figueira, S.A., propondo a libertação da respectiva garantia bancária.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, libertar a garantia bancária existente, referente à "Prestação de Serviços - Assistência Técnica às ETA'S de Braças, Carritos e Lavos".-----**

**7.3.5 - FORNECIMENTO DE UMA PÁ CARREGADORA DE RODAS, COM POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 170 CV, DO ANO DE 2003 - LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA**

Da Divisão de Obras por Administração Directa, foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação datada de 20 de Março findo, comunicando que na sequência do fornecimento de uma pá carregadora de rodas com potência igual ou superior a 170 cv, no ano de 2003, o Chefe de Divisão de Divisão de Obras por Administração Directa, em concordância com a Directora de Departamento de Obras Municipais, em 22 de Março do corrente ano, propõem o cancelamento do Seguro-Caução, a que corresponde a Apólice n.º100.002.182, no valor de 4.600 €, emitida pela Companhia de Seguros de Créditos, S.A., nos termos do n.º 1, do art.º 70º do Decreto-lei n.º197/99, de 08 de Junho.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, cancelar o Seguro-Caução a que corresponde a Apólice n.º 100.002.182, no valor de 4.600,00 € (quatro mil e seiscentos euros), emitida pela Companhia de Seguros de Créditos, S.A.-----**

**7.3.6 - ESTRADA DA VÁRZEA À RUA DO ATENEU - ALHADAS - PAVIMENTAÇÃO - AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA**

Foi presente o auto de recepção definitiva, referente à empreitada da obra em epígrafe, elaborado pelo Departamento de Obras Municipais, em 19 de Março do corrente ano, do qual consta que tendo já decorrido o prazo de garantia de cinco anos, e depois de examinados os trabalhos executados pela empresa Prioridade, Ld.ª, se verificou que os mesmos se encontram de acordo com as condições do contrato, e em condições de serem aprovados, podendo proceder-se à libertação das respectivas garantias bancárias.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de recepção definitiva à empreitada da obra "Estrada da Várzea à Rua do Ateneu - Pavimentação" e autorizar a libertação das respectivas garantias bancárias.-----**

**7.3.7 - CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO COMPLEXO FUNERÁRIO, CREMATÓRIO E FORNO PIROLÍTICO DO CEMITÉRIO ORIENTAL DA FIGUEIRA DA FOZ - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO**

Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação de 11 de Abril de



2007, prestada pelo Departamento de Obras Municipais - Divisão de Obras de Empreitada e Saneamento, anexando os elementos necessários, com vista à abertura de Concurso Público.-----

O Vereador Lídio Lopes leu um documento que a seguir se transcreve:-----

"A gestão do espaço disponível é um problema permanente na área da função "Cemitérios Municipais".-----

A Câmara Municipal ampliou, recentemente, o Cemitério Oriental, em mais 11.500 m2, obra que, no seu total, orçou cerca de 471 mil euros. Foram materializadas, nesta primeira fase, 516 sepulturas. Ficou disponível para a construção de infra-estrutura para consumpção aeróbia, mais de 2/3 da área ampliada. Esta área de terreno, rochoso na sua composição, ainda está em bruto, sem qualquer tratamento, não sendo adequada à construção de talhões para sepulturas.-----

Se não for contabilizada a rotação nas sepulturas temporárias, nem levada a cabo a construção da infra-estrutura para consumpção aeróbia, as 516 sepulturas existentes, permitem acautelar a disponibilidade do cemitério por cerca de 5 anos.-----

O Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de Dezembro e as suas alterações publicadas posteriormente, vieram consignar importantes alterações aos diplomas legais ao tempo em vigor sobre "direito mortuário", que se apresentavam ultrapassados e desajustados das realidades e necessidades sentidas neste domínio, em particular pelas autarquias locais, enquanto entidades responsáveis pela administração dos cemitérios. Nesta legislação encontramos a plena equiparação das figuras da inumação à da cremação, podendo a cremação ser feita em qualquer cemitério que disponha de equipamento apropriado e que obedeça às regras definidas.-----

Alterámos, já neste mandato e foi agora publicado, o Regulamento dos Cemitérios Municipais. Iniciámos o levantamento de todas as situações relativas aos dois cemitérios, dando origem a uma base de dados em construção, antes inexistente, que permitirá uma mais eficaz gestão do espaço cemiterial. Vamos, brevemente e em resultado desse trabalho, efectuar uma hasta pública de venda de jazigos abandonados, no cemitério setentrional.-----

Mas importava ir mais além e adoptar uma política adequada aos novos tempos, através da concretização de uma estratégia para a região centro. A Figueira da Foz está situada entre Porto e Lisboa e em toda esta zona e até à fronteira, não existe um crematório. A acessibilidade pelo IC8 até Castelo Branco e pelo IP3 até Viseu e Espanha, para além de virmos a estar servidos por duas auto-estradas



A1 (já existente na ligação pela A14 e IC8) e da A17, até 2009, coloca-nos numa situação privilegiada.-----

Assim, iniciei os trabalhos para a construção, na Figueira da Foz, de um espaço digno e de elevada qualidade, que tenha um conjunto valências significativo nesta área e que, principalmente, inclua um crematório que sirva toda a região. Esta é uma solução que, acredito e defendo, poderá contribuir para um futuro sustentável na gestão dos espaços cemiteriais.-----

Após 6 meses de trabalho, proponho, assim, que seja aprovado o presente concurso público de Concepção, Construção e Concessão da Exploração de um Complexo Funerário, Crematório e Forno Pirolítico do Cemitério Oriental da Figueira da Foz, com todas as suas peças, sendo esta aprovação no sentido de o enviar à próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

A qualidade da solução arquitectónica, a qualidade do serviço proposto, as tarifas propostas, a retribuição ao Município e a segurança da prestação do serviço, são os factores considerados para apreciação das propostas apresentadas.-----

Tal concessão, que contempla todas as valências e que tem sempre presente a defesa do interesse público, irá permitir, também e para o todo do cemitério, quer o alargamento do horário de funcionamento, quer a existência de duas salas de velação e de uma capela, quer a criação de um forno pirolítico, agora inexistente e que irá permitir a incineração de vários produtos, com total defesa da saúde pública.-----

A preferência crescente dos Portugueses pela cremação, prova-se na passagem de 2% em 2004 para 4% em 2006.-----

Na Suécia, na Inglaterra, na Dinamarca e na Suíça, os valores situam-se em números superiores a 75%. No Japão, por óbvia questão de falta de espaço, a cremação atinge os 99%.-----

Estou certo que a concretização deste projecto, que desde início defendo, irá contribuir, em muito, para a qualidade e o conforto nos serviços e nos equipamentos disponíveis, num momento que é para todos com certeza muito difícil, para a sustentada e equilibrada gestão dos espaços cemiteriais dos cemitérios municipais, mas também dos de todas as freguesias do concelho e será um indiscutível contributo, nesta matéria, para o distrito de Coimbra e para toda a região.-----

São estas, resumidamente, as principais linhas de força da presente proposta.”--



O Vereador António Tavares fez uma breve apreciação à informação prestada pelo Vereador Lídio Lopes, não se opondo, no entanto, à proposta apresentada.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade o seguinte:-----**

- **Abrir Concurso Público, para a "Concepção, Construção e Concessão da Exploração do Complexo Funerário, Crematório e Forno Pirolítico do Cemitério Oriental da Figueira da Foz" de acordo com peças escritas e desenhadas do respectivo programa de concurso e Caderno de Encargos;-----**
- **Aprovar, de acordo com o artº 60º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, as Comissões de Acompanhamento, propostas naquela informação;-----**
- **Submeter esta resolução à aprovação da Assembleia Municipal.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**7.5 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA**

**7.5.1 - PROCESSOS PARA CONHECIMENTO**

Relação que constitui o anexo número dez à presente acta, donde constam os processos a seguir mencionados e que foram despachados ao abrigo do nº 3 do artº 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e delegada no Presidente da Câmara em reunião de 26 de Outubro de 2005.

- Deferidos - 28 (vinte e oito)-----

**A Câmara tomou conhecimento.-----**

**8 - DEPARTAMENTO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL**

**8.1 - DIVISÃO DE CULTURA, BIBLIOTECA E ARQUIVOS**

**8.1.1 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA A UTILIZAÇÃO E CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL**

Foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Utilização e Cedência do Auditório Municipal, elaborada pelo respectivo serviço e revisto pela Divisão Jurídica, para ser analisado e aprovado, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número onze à presente acta.----

Consta em anexo ao Regulamento do Auditório, a respectiva tabela de taxas de cedência, actualmente em vigor, para a qual não se propõe qualquer alteração.---

Os auditórios municipais constituem espaços privilegiados de promoção e difusão de actividades culturais, essenciais para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de uma sociedade que não só não dispensa a prática cultural, como a reconhece como uma condição elementar da educação e vivência social do cidadão.-

Para que se verifique uma correcta e racional utilização do seu espaço, é importante a existência de um conjunto de regras e princípios a que deve



obedecer essa utilização, que devem ser regularmente actualizados em função das necessidades de cada momento.-----

Partindo destas premissas é elaborado, ao abrigo de competência regulamentar própria prevista no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com a alínea a), do nº 6, do artigo 64º, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 2, do artigo 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Regulamento de Utilização e Cedência do Auditório Municipal, que revoga o anterior Regulamento do Auditório Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 10 de Maio de 2000 e em Assembleia Municipal de 28 de Junho do mesmo ano.-----

**A Câmara deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e quatro abstenções dos Vereadores Víctor Sarmiento, Paz Cardoso, António Tavares e Mário Paiva, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento de Utilização e Cedência do Auditório Municipal, submetendo esta resolução à aprovação da Assembleia Municipal.-----  
*Deliberação aprovada em minuta.*-----**

## **8.2 - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL**

### **8.2.1 - PROJECTO DE APOIO INTEGRADO A IDOSOS DO HDEF - HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ**

Da Divisão de Educação e Acção Social, foi presente uma informação datada de 10 de Abril do corrente, dando a conhecer da existência de um Projecto de Apoio Integrado a Idosos de que o Hospital Distrital da Figueira da Foz é entidade promotora, a funcionar entre 23 de Março de 2005 e 22 de Março de 2007, com financiamento do Programa de Apoio Integrado a Idosos, fazendo a Câmara Municipal da Figueira da Foz parte da parceria deste mesmo projecto.-----

Assim, uma vez terminado o período financiado pelo Programa de Apoio Integrado a Idosos, e com vista a permitir a continuidade deste projecto, propõem os serviços que a Autarquia continue parceira deste projecto, celebrando um novo Acordo de Colaboração e tendo como atribuições: assegurar a viatura necessária ao desenvolvimento do projecto, bem como, o transporte de utentes para consultas e/ou tratamentos no Hospital Distrital ou no Centro de Saúde, da Figueira da Foz.-----

O Vereador Victor Sarmiento interveio para dizer que apesar de a informação dos serviços propôr que a Autarquia deixe de ser responsável por pequenas obras e reparações nas habitações dos utentes, essa situação contraria algo que estava



antigamente acordado, e sugeriu, que prevalecesse esse tipo de apoio, desde que absolutamente necessário e que a situação social das pessoas assim o exija.-----

A Vereadora Teresa Machado esclareceu que este tipo de apoio não foi contemplado por as pequenas obras e reparações nas habitações dos utentes não se terem mostrado necessárias e/ou possíveis ao longo deste tempo, e pelo facto de os utentes que têm integrado este projecto serem pessoas já com grandes limitações físicas e grau de dependência, pelo que não se justifica este tipo de apoio.----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a continuidade da parceira da Câmara Municipal da Figueira da Foz com a entidade promotora Hospital Distrital da Figueira da Foz, no Projecto de Apoio Integrado a Idosos, tendo como atribuições: assegurar a viatura necessária ao desenvolvimento do Projecto já mencionado, bem como, o transporte de utentes para consultas e/ou tratamentos no Hospital Distrital ou no Centro de Saúde, da Figueira da Foz.-----**

**10 - DIVISÃO DE JUVENTUDE, DESPORTO E COLECTIVIDADES**

**10.1 - QUEIMA DAS FITAS 2007 DAS UNIVERSIDADES DA FIGUEIRA DA FOZ (ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE INTERNACIONAL) - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO (17.000 €), LOGÍSTICO, ISENÇÃO DE TAXAS E EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO**

Da Divisão de Juventude, Desporto e Colectividades, foi presente uma informação datada de 11 de Abril do corrente, dando a conhecer que a Comissão Organizadora da Queima das Fitas da Universidade Internacional da Figueira da Foz, pretende mais uma vez, realizar o evento académico mencionado em epígrafe, no período decorrente de 20 a 28 de Abril do corrente ano, no Forte de Santa Catarina, nomeadamente a serenata, no parque de estacionamento da Avenida de Espanha.-----

Assim, para fazer face às despesas inerentes com este evento, vêm solicitar a esta Autarquia um apoio financeiro de acordo com o valor total do evento, apoio logístico, isenção de todas as respectivas taxas, e emissão das licenças inerentes à realização do referido evento.-----

A Chefe de Divisão de Juventude, Desporto e Colectividades, em 11 de Abril do corrente, concordou com a informação dos serviços, e submeteu à consideração superior.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, sob proposta do Vereador Lídio Lopes, atribuir o apoio financeiro no valor de 17.000,00 € (dezassete mil euros) à Associação Académica da Universidade Internacional da Figueira da Foz, bem como o apoio logístico solicitado, a isenção de todas as taxas e a emissão das**



licenças necessárias, à Comissão Organizadora da Queima das Fitas da Universidade Internacional da Figueira da Foz, para a realização do evento académico "Queima das Fitas 2007", a decorrer entre 20 e 28 de Abril do corrente ano, no Forte de Santa Catarina e no parque de estacionamento da Avenida de Espanha.-----

**10.2 - GRUPO INSTRUÇÃO UNIÃO CACEIRENSE - ALHADAS - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DA SUA SEDE**

Pela Divisão de Juventude, Desporto e Colectividades foi presente a informação nº 127/07, datada de 9 de Abril, dando conhecimento que de acordo com o disposto na alínea m), do artº 40º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, estão isentas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) as colectividades de Cultura e Recreio a quem tenha sido reconhecida utilidade pública, relativamente aos prédios utilizados como sedes destas entidades e mediante decisão da Assembleia Municipal da autarquia onde os mesmos se situam.-----

Neste âmbito, vem o Grupo Instrução União Caceirense, reconhecido como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública desde o dia 26 de Novembro de 1991, publicado no Diário da República IIª Série, nº 272, requerer a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) da sua sede, sita na Rua de Coimbra, nº 15, Caceira, Figueira da Foz, inscrita na matriz predial urbana sob o artº nº 2579, da freguesia de Alhadadas e confrontando a Norte com Mário da Silva Santos, a Nascente com caminho público, a Sul com António Gonçalves Lima e a Poente com a Rua de Coimbra.-----

Face ao exposto, e considerando que reúne os requisitos legais exigidos, propôs a Divisão de Juventude, Desporto e Colectividades que o Grupo Instrução União Caceirense seja isento do pagamento do IMI, mediante decisão da Assembleia Municipal.-----

**A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação dos Serviços, submeter à Assembleia Municipal a proposta de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis ao Grupo Instrução União Caceirense, ao abrigo do disposto na alínea m), do artº 40º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**11 - FIGUEIRA GRANDE TURISMO - EMPRESA MUNICIPAL**

**11.1 - FIGUEIRA GRANDE TURISMO, E.M. - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2006**

Foi presente o Relatório de Actividades e Contas da Figueira Grande Turismo,



Empresa Municipal, referentes ao ano de 2006, documentos que ficarão devidamente arquivados naquela Empresa Municipal e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

O Presidente interveio dizendo que foi distribuído o Relatório para apreciação, que descreve exaustivamente a actuação da FGT, nas suas vertentes de Turismo, organização de espectáculos, exposições e gestão do CAE. A proposta do Conselho de Administração é de que os resultados do exercício, de valor negativo, no montante de 113.130,63 € transitem para o ano de 2007. Apontou que a acompanhar o relatório e contas se encontra uma nota final explicativa, da Administração, e também o Relatório e Parecer do Fiscal Único. A proposta agora presente é de aprovação do Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano de 2006; a aplicação dos resultados (sob proposta do Conselho de Administração) e a aprovação do Relatório e Parecer do Fiscal Único.-----

O Presidente do Conselho de Administração da FGT, Professor Fernandes Tomás, tomou a palavra dizendo que iria fazer uma curta apresentação em sistema multimédia, para evidenciar alguns aspectos do Relatório desta empresa.-----

Prestou homenagem à Administradora-Delegada, Dra. Ana Redondo que não pôde estar presente por razões que todos conhecem, embora tenha sido uma parte muito importante na elaboração do Relatório de Actividades.-----

Começou por dizer que a apresentação engloba as vertentes da animação cultural e animação turística.-----

Relativamente à vertente da animação cultural os objectivos são: a captação e diversificação de espectáculos com forte interesse cultural e a captação/fidelização de diferentes públicos com tendência para uma programação a "custo zero".-----

Começou por falar nos espectáculos e mostrou um quadro que descreve o que se passou em cada um dos trimestres. Referiu o resultado final global negativo de cerca de 78 mil euros, contrapondo com o do ano passado que foi de 500 mil euros negativos. Explicou que o valor médio dos ingressos no ano de 2005 foi de 20,47 € e no ano de 2006 de 12,99 €, o que mostra que existe um progresso no sentido da democratização do acesso aos espectáculos. Apontou que, embora o 1º trimestre de 2007 apresente já um resultado consolidado positivo de 4.389,00 €, a situação poderá não ser a mesma no segundo trimestre. Na sua opinião, os resultados indicam que estão numa boa tendência.-----

Quanto às "Noites de Cinema", apresentou um quadro que indica o que se passou em



cada um dos meses, em que a média de espectadores, por espectáculo, foi de 69, valor esse que é ligeiramente superior, ao do ano anterior.-----

Referiu que a média de espectadores do "Cinema Infantil", que só começou este ano, é de 29. Concordou que é pouco e que têm que ser feitas correcções, eventualmente na publicidade, porque sabem que estes espectáculos infantis, noutras salas, são relativamente procurados.-----

No que concerne às "Exposições", apontou que se cumpriu o programa de uma exposição todos os 15 dias na Sala Zé Penicheiro: dezanove de pintura, três de escultura, uma de desenho, uma de pintura e mosaico e uma de pintura e vitral e na Sala Afonso Cruz estiveram patentes onze exposições. Chamou à atenção que das trinta e seis exposições realizadas, foram cedidas ao CAE vinte e nove Obras de Arte, que integram actualmente o património municipal.-----

No que diz respeito ao "Serviço Educativo", aludiu que das actividades que fizeram, entre "Visitas Guiadas"; Ateliers/Oficinas/Palestras e "Cursos", houve um total de 1.713 participantes em 2006, contra 1.378 no ano de 2005, denotando um pequeno progresso.-----

Em relação aos "Congressos" aludiu que houve progressos de 2005 para 2006, quer em número de eventos, quer em dias, quer em participantes, quer na receita que passou de 20.013,03 € para 46.416,25 €.-----

Referiu que em relação à afluência ao CAE, e tendo em conta que a Comunicação Social referiu que o mesmo estava "às moscas", em 2006 foi de 54.594 pessoas, contra 53.188 no ano de 2005, o que mostra que houve um ligeiro progresso com uma afluência mensal de 4.550 pessoas e diária de 150 pessoas, nas diferentes actividades.-----

Falou de seguida na vertente da "Animação Turística", cujos objectivos são os da "Promoção Turística do Concelho", o "Aumento da Notoriedade da Marca da Figueira da Foz" e a "Dinamização da Economia Local". Deu conhecimento que as diferentes actividades que estão incluídas na animação turística deste ano de 2006 foram as procissões "Senhor dos Passos", "Senhor da Coluna" e "Srª da Encarnação"; o "5º Festival dos Peixes Tradicionais"; as "Festas da Cidade - S. João 2006"; a "Festimaiorca"; a "Sport Zone - Futebol Praia"; as "Corridas de Touros"; o "6º Encontro de Tuning"; os "Trilhos da Figueira 2006" e a "Passagem de Ano", que somam uma despesa de 425.647,38 € e uma receita de 120.117,05 €, registando-se um défice de 305.530,33 €.-----

Chamou a atenção para o quadro "Comparativo" dos anos de 2005 e 2006, sendo a



taxa de cobertura das despesas de 11% em 2005, no que diz respeito à animação turística, e na animação cultural de 44%. Em 2006 houve uma diminuição, sendo a taxa de cobertura de 28% para a animação turística e 69% para a animação cultural.-----

Falou na formação profissional que tem por objectivo oferecer uma maior qualidade profissional aos agentes de turismo, pelo menos ao nível técnico. Referiu-se à promoção, no mercado interno e externo, com as diferentes feiras, onde a FGT esteve representada. Realçou a vertente das "Relações Públicas" com as "Conferências de Imprensa": a reportagem sobre o Festival de Peixes Tradicionais, no programa da SIC, "Fátima Lopes"; diversas peças na SIC e na TVI, direccionadas para a animação de Verão e para a Passagem de Ano; participação no programa da RTP "Praça da Alegria", no âmbito das Corridas de Touros.-----

Relativamente à análise financeira, apontou que em 2006 o orçamento foi de 2.325.000,00 €, cerca de 1,5 milhões de euros inferior ao orçamento final de 2005, não havendo margem para qualquer devolução à Câmara, como aconteceu nos anos anteriores.-----

Do Balanço da Análise Financeira registou:-----

- Um decréscimo de 245.279,57 € no Activo Líquido, o que representa uma diminuição de 2,82%, o que levou a uma "Política de Contenção da empresa"; uma "Correcção da conta do IVA" e um "Decréscimo da dívida da Câmara Municipal da Figueira da Foz à FGT-EM";-----

- Uma variação positiva das Reservas, o que levou a uma "Aplicação do Resultado Líquido" positivo apurado no exercício de 2005, no montante de 45.463,78 €.-----

Desta análise, constata-se no Balanço que houve um decréscimo de 132.148,94 € no Passivo Total: os Empréstimos Bancários diminuíram 17,33% (670.364,99 €), quer os empréstimos a curto prazo, quer a médio e longo prazo e as dívidas a fornecedores também diminuíram na ordem dos 8,30 % (151.192,96 €), mantendo-se essa tendência em 2007.-----

Referiu que da "Demonstração de Resultados" se registou:-----

- A Diminuição da melhoria de "Custos com o Pessoal" (44.944,31 €);-----

- O aumento de "Custos e Perdas Extraordinárias" que reflecte uma correcção, contabilística, do IVA no montante de 595.430,65 €, o que levou a que o resultado líquido negativo do exercício, depois do imposto sobre o rendimento, se cifrasse em 113.130,63 €;-----



- Um lucro tributável apurado que justifica o valor do IRC, no valor de 232.652,35 €;-----

- Uma Estrutura Financeira estável, sustentada no rácio de Autonomia Financeira de 13,9%, que é ligeiramente inferior, mas de qualquer maneira positivo, relativamente ao que tem sido nos anos anteriores.-----

Concluindo, referiu que esta apresentação é, em linhas muito gerais, o que gostaria de fazer ressaltar para demonstrar que continuam numa política de contenção, que tem estado a dar os seus resultados, com inegáveis vantagens para a Câmara Municipal.-----

O Vereador António Tavares interveio dizendo que ouviram com atenção a exposição e que já tinham constatado os números que foram apresentados, na análise que fizeram aos documentos que lhes foram, em tempo, fornecidos.-----

Referiu que, como ainda há bem pouco tempo apresentaram, têm uma concepção do modelo de gestão para o CAE, que não é aquela que existe actualmente e que todos sabem quais são as reservas que manifestaram em relação à prossecução de um conjunto de objectivos que a FGT leva por diante, nomeadamente, ligados à animação turística.-----

Disse que, quer Vereadores do Partido Socialista presentes na Câmara, quer o próprio Partido Socialista, têm opinado sobre esta matéria. Significa isto que a análise que eles fazem não é coincidente com a análise que lhes trouxe o Presidente do Conselho de Administração da empresa. Obviamente, concordam com alguns dos números, porque "contra factos não há argumentos" e alguma melhoria da evolução positiva, que esses números traduzem. Mas, também não podem deixar de registar que alguns desses números, que parecia que no passado não eram importantes, tivessem uma determinada evolução e, hoje, registam com agrado que evoluíram num determinado sentido: o Conselho de Administração da empresa acha que essa evolução é positiva e essa evolução, em boa parte, vem ao encontro do que nos Vereadores do Partido Socialista já sugeriram para a gestão da empresa e de algumas vertentes em que a mesma desenvolve a sua actividade, como sendo a democratização dos acessos aos espectáculos do CAE, logo no início do mandato, tendo em conta a "enormidade" dos preços médios praticados. É com alguma satisfação que verificam que esse valor desce agora de 20,70 euros para 12,90 euros. É, no entanto, um valor que, no entender dos Vereadores do Partido Socialista, deve baixar bastante mais, até porque existe uma dicotomia acentuada entre a quantidade de espectáculos que têm preços inferiores a 15,00 € e os que



têm preços superiores e que ainda são muitos. No entanto, na sua opinião, é claro que necessariamente há-de haver sempre espectáculos a preço mais elevado. - Disse que queria começar por lembrar ao Presidente e Administradores, quais eram os objectivos estratégicos traçados, em 2006, para a FGT, lamentando que o Relatório não os siga, ponto por ponto, para verem se, de facto, esses objectivos foram ou não atingidos. Lembrou que o primeiro objectivo era o reposicionamento estratégico da Figueira da Foz, através do desenvolvimento de outros produtos: cultural, de natureza e negócios. Apontou que o Professor, na sua apresentação, não falou no turismo de natureza, porque nesta matéria não se fez nada, não passando de "letra morta" no Plano de Actividades para 2006. Relativamente à vertente de negócios, o Plano de Actividades para 2006 dizia que ia haver uma aposta clara e que ia ser dispensada uma grande atenção a esta matéria. Ora, o investimento prometido para a Sala Multiusos, que é necessária para fazer os congressos, ainda está por fazer. Sabem que o processo deve estar, eventualmente, em andamento, mas ele foi prometido para 2006 e, até ao momento, esse investimento não está concretizado. Quando olham para os congressos e para as reuniões, constata-se que houve um acentuar do número deste tipo de eventos, que passaram de 14, em 2005, para 27, em 2006 e houve, também, um aumento da média de dias de congresso. Do seu ponto de vista, a média é muito baixa. Ainda é mais baixa que em 2005: a média de congressistas em 2006 é de 169, em 2005 tinha sido de 244; a média de dias de congresso/reuniões é exactamente a mesma de 2005 e 2006, ou seja, do seu ponto de vista, não estão a conseguir captar, nesta vertente de negócios, mais dias de permanência e o número de 27 congressos traduz pouco mais que dois eventos por mês, valor que não é o desejável. E quando no Plano de Actividades se refere que a vertente de negócios servirá e terá um enorme potencial no combate à sazonalidade, os Vereadores do Partido Socialista, verificaram quando é que estes eventos ocorreram (um em Janeiro; dois em Março; Outubro, Novembro e Dezembro dois e a maior parte, sete, ocorreram em Junho), e concluíram que esta vertente dos negócios, no que diz respeito ao combate à sazonalidade, fica também com objectivo por cumprir.-----

Continuou dizendo que não é feita menção no Relatório a uma pretensa campanha na Comunicação Social para atrair os congressos. Não sabe se foi feita, por isso, depois lhe responderão. Disse que estranhou que não tenham mencionado, desta vez, a ausência de hotéis de determinadas estrelas que são necessários para captar este tipo de turismo, ligado aos negócios e aos congressos. Mas, é um



facto que já tiveram em 2004 um congresso com cerca de 1.000 participantes e em 2005 um com 800. Concluiu que não é falta de meios a esse nível e tão pouco a falta da sala multiusos, que poderá evitar que na vertente de congressos se faça muito mais.-----

Apontou que há uma menção à negociação de serviços, que iria ser dinamizada, para criar receitas extraordinárias. Da análise que fez, o valor da prestação de serviços baixou de 552.000,00 € em 2005, para 471.009,00 mil euros em 2006, o que os leva a concluir que em relação à vertente do turismo de negócios se está muito aquém do que era possível fazer.-----

Em relação à vertente da cultura que já falaram, nomeadamente, quanto ao preço das entradas dos espectáculos para o CAE, realçou que houve uma diminuição muito grande das despesas efectuadas, ou seja, em 2004 tiveram 1.419.000,00 €; em 2005, 1.009.000,00 € e em 2006, 256.000,00 €, o que demonstra a "loucura" que se andava a fazer em 2004 e 2005, sobretudo quando se tem dito e acentuado a ideia de que se está a conseguir fazer o mesmo, manter ou a melhorar a qualidade, com muito menos. Focou que este "muito menos", são 750.000,00 €, ou seja, com menos 750.000,00 € está-se a fazer muito melhor. Face a esta análise, questionou o que é que se andou, então, a fazer em 2004 e em 2005, com 1.400.000,00 €, e mais de 1.000.000,00 € em 2005, sobretudo, porque se admite que a qualidade não perdeu por aí. Na sua opinião, significa que durante estes anos e em 2003, as despesas também ascenderam a mais de um milhão de euros. Apontou que é claro que registam que, em termos absolutos, há menos espectadores no CAE: 2004 - 32.510; 2005 - 31.000; 2006 - 24.953. Também lamentam que o número de espectáculos gratuitos tenha baixado: de 10 espectáculos em 2005 e de 9 em 2004, passou-se para 4 espectáculos gratuitos que a FGT ofereceu no CAE, ao público Figueirense, em 2006. Registou que a média de espectadores por espectáculo é de apenas 52%, quando tinha sido, em 2005, de 72%, o que quer dizer que há menos público nos auditórios do CAE por espectáculo, uma vez que esta média tem caído. Apontou que um dia destes vão todos concluir, se é que já não concluíram, que ter uma sala de 800 lugares é capaz de não fazer sentido, em termos de rentabilidade.-----  
Repetiu que tinham proposto uma política de preços diferenciada, que insistem em não querer seguir, não percebendo porque é que a seguem, por exemplo, nas exposições. Julgam que isso era de justiça social, fazia sentido para a captação dos espectadores, mas continua-se a entender que ela não é possível.-----  
Lamentam, também, que a bilheteira "on line" tenha demorado tanto a começar a



funcionar e que o "site" tenha estado parado durante tanto tempo, uma vez que o CAE se afirma a nível regional, e que esta bilheteira e o "site" são muito importantes para essa afirmação.-----

Em relação ao serviço educativo, disse que o Plano de Actividades referia uma programação intensa neste domínio com "Workshops", acções, seminários e conferências. Referiu os cursos realizados: cinco Palestras; seis Oficinas e questionou se isto é uma programação intensa neste domínio. Apontou que houve uma exposição, que vinha de 2005 e transitou para um determinado período de 2006 e, depois, no período de quatro meses, de 15 de Janeiro a 12 de Maio, não houve exposições. Por outro lado, a exposição "Universo Visual" esteve patente sete meses, quando o Plano de Actividades dizia que a permanência desejável das exposições seria de três meses.-----

Deu os parabéns por esta exposição porque, de facto, é uma atitude louvável e julgam que devem, também, salientar o que acham positivo, como julgam positivo a quantidade e a manutenção constante de exposições, quer na sala "Zé Penicheiro", quer na "Afonso Cruz", embora desconheçam, e julga que os responsáveis também, o número de visitantes que estas salas têm.-----

Em relação ao cinema julgam que os sessenta e nove espectadores, em média, como o Professor disse, é um número baixo, mas, quando vão às salas de cinema comerciais, também não vêm muitas pessoas. Julgam que é possível, uma vez que só fazem uma sessão, fazer muito mais. Na sua opinião o preço não é competitivo, porque, por exemplo, um estudante paga menos se for ao comercial, porque tem desconto de estudante, do que se for ao CAE. E relativamente ao cinema infantil, como o Professor há pouco adiantou que os números ainda estão muito abaixo do desejável, criticou que o mesmo ocorra ao Domingo, às duas horas da tarde, quando as famílias estão reunidas porque, neste dia, almoçam mais tarde. Sabe que já mudaram o horário do cinema infantil e, portanto, acha que deve ter a ver, justamente, com o facto de não haver correspondência visível, por parte da afluência do público. Congratulou a Administração da FGT pela ideia do cinema Sénior, que não é de 2006 mas de 2007. Deixou claro que já tinham falado de uma iniciativa idêntica, com a diferença de que era do Teatro Municipal da Guarda. Explicou que foi uma iniciativa a preço simbólico e julga que o preço no CAE também o deveria ser, lembrando que o do Teatro Municipal da Guarda era de 0,50 cêntimos. Julgam que o preço poderia ser mais baixo, uma vez que até atrairia outros públicos ao CAE.-----



Em relação à Formação Profissional, não percebe porque é que a FGT há-de fazer formação profissional se a Figueira da Foz tem uma Escola Profissional. E, se a formação profissional é feita para profissionais que estão no activo, até se poderia aproveitar todas as energias que podem existir entre a formação ao nível da escola e a ligação ao mercado, através desta formação profissional e que, quanto lhe parece, haveria ganhos se tudo isso se concentrasse na Escola Profissional.-----

De seguida falou que outro objectivo estratégico que propunham em 2006 era a requalificação, adaptação e modernização da oferta. Não viram que essa oferta tenha sido adaptada e modernizada. Outro objectivo era desenvolver produtos de carácter único, com identidade própria, à escala Regional e Nacional - "Produtos Genuínos". Não vislumbraram, também, os tais produtos de carácter único, com identidade própria, à escala Regional e Nacional. Não sabem que produtos foram e não vislumbraram nenhuns produtos diferentes: continuam a ver o Carnaval, as Festas de Fim-de-Ano, as Festas da cidade. Constatam que não foi feito qualquer investimento que indicie modernização da oferta, ou diferenciação do produto. Questionou se esse produto genuíno, à escala regional ou nacional seria o prometido, no Plano de 2006, Festival de Cinema. Concluiu que não o foi, porque não se realizou. Perguntou se esse produto genuíno, à escala regional ou nacional, era uma prometida co-produção com um Teatro de Lisboa para apresentar em 2006 e se a mesma foi apresentada; ou se era a captação de programas televisivos, porque não os vislumbraram. Apontou que há muitas outras promessas insertas no Plano de Actividades que ficaram por cumprir.-----

Disse que há dias alguém lhe dizia: "que diabo, ao longo destes anos todos, não há um Mecenas para a estrutura do CAE" e "que seria de esperar do Conselho de Administração e da Câmara Municipal é que arranjassem um Mecenas".-----

Referiu que prometeram que em 2006 o estacionamento começaria a ser pago, pois era uma fonte de receitas, mas ainda não o é; que se falou há pouco da tendência da programação a custo zero, e o Administrador que cessou funções no início ou meados do ano passado, prometeu que a programação ia ser a custo zero no primeiro trimestre de 2006; que as refeições no Bar iam servir para dar apoio aos congressos. Tudo isto continua a não existir.-----

Perguntou se está concluído o estudo do público que andaram a fazer, através do preenchimento de um questionário, porque ainda não apresentaram os resultados.--

Disse que Coimbra vai ter uma estrutura deste género e, nessa altura, vão sentir



a concorrência.-----  
Lembrou mais uma vez, e pediu desculpa por fazer esta comparação, que o Teatro Municipal da Guarda anunciou que teve 118.000 visitantes, 375 actividades, em que 311 foram de produção própria, 43.000 espectadores e que recebeu da Câmara 560.000,00 €. Na sua opinião, a dívida, a situação financeira, é basicamente a mesma. A dívida global em 2004 foi de 4,4 milhões; em 2005 de 5,9 milhões e em 2006 de 5,9 milhões. Uma vez que aumentou a dívida de curto prazo, a situação continua a manter-se gravosa.-----

Para terminar, como iniciou, apontou que acham que o modelo que os Vereadores do Partido Socialista têm para a gestão do CAE é o mais eficaz, quer na captação de privados, quer em relação ao financiamento que o CAE necessita e entendem que para fazer Carnaval, as Festas de Fim-de-Ano e Festas da Cidade, já conhecem outros modelos tão eficazes quanto aquele que hoje lhes é apresentado.-----

O Presidente do Conselho de Administração da FGT, Professor Fernandes Tomás agradeceu o espírito, que presume que seja de boa vontade e cooperação. Disse que é evidente que sabem que nem tudo o que se pretende fazer, se consegue, particularmente em momentos de grande contenção.-----

Apontou que esta situação foi compreendida na Vereação anterior, que realmente reconhecia o esforço que estava a ser feito e muito do que foi dito já tinha sido dito antes e, auscultando a sensibilidade das populações, serviu para melhorar, com cada vez menos dinheiro, porque é época de "apertos".-----

Não vai responder a todas as questões porque são inúmeras. Com algumas concorda e agradece todas em geral. Com outras poderia responder que não foi bem assim. Têm feito uma grande luta e têm tido uma grande dificuldade em captar mais congressos. Estão a rever a estratégia para ver se a conseguem corrigir e o mesmo se passa com a questão do serviço educativo do qual têm uma grande oferta, só que a procura, apesar da insistência, não tem sido correspondente. Para tal, estão a procurar fazer uma publicidade mais eficaz, nomeadamente no que concerne ao cinema.-----

O Vereador António Tavares disse que têm constatado que em relação ao cinema há uma quebra no Verão. Sugeriu que se faça um esforço em captar pessoas, nomeadamente, seguindo outras ideias.-----

O Presidente do Conselho de Administração da FGT, Professor Fernandes Tomás concordou, desde que as ideias não alterem o contexto, porque essas são da responsabilidade deles.-----



Respondeu que quanto ao estudo do Público, fizeram algumas pequenas coisas: consultaram entidades competentes, mas os preços eram exorbitantes, além de que tinham a indicação de que é muito difícil obter dados, porque as entidades não os dão e, por outro lado, a Região de Turismo do Centro estava ela própria, quando contactada para obtenção de parceria para esse estudo, empenhada num projecto desse tipo e com muitas dificuldades.-----

Agradeceu as ideias, que irão ficar registadas em acta para as poderem considerar, de uma maneira mais pensada.-----

Concluiu dizendo que em relação ao Turismo de Natureza fizeram muito pouco, mas vão procurar fazer mais. Quanto à duração das exposições disse que houve um problema na exposição do ano passado mas que já está corrigido. Neste momento a duração que acham ideal para uma exposição, conforme a sua natureza e prestígio, será de três, quatro ou no máximo, cinco meses.-----

**A Câmara, após proceder à votação e encontrando-se ausente o Vereador Pereira Coelho, deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e quatro votos contra dos Vereadores Víctor Sarmiento, Paz Cardoso, António Tavares e Mário Paiva, tendo o Presidente feito uso do voto de qualidade, de acordo com o nº 2, do artº 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o seguinte:-----**

**1 - Aprovar o Relatório de Actividades e Contas referentes ao ano de 2006;-----**

**2 - Aprovar a proposta do Conselho de Administração de que o Resultado Líquido Negativo, no montante de 113.130,63 € (cento e treze mil, cento e trinta euros e sessenta e três cêntimos), transite para o ano de 2007, na conta dos resultados transitados.-----**

**3 - Aprovar o Relatório e Parecer do Fiscal Único.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**12 - FIGUEIRA DOMUS - EMPRESA MUNICIPAL**

**12.1 - FIGUEIRA DOMUS, E.M. - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2006**

Pelo Presidente foi apresentado o Relatório de Actividades e o Relatório e Contas da Figueira Domus, E.M. referentes a 2006, documentos que ficarão devidamente arquivados naquela empresa e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

O Presidente começou por dizer que está em apreciação o Relatório de Actividades e Contas de Exercício de 2006, respeitante à empresa municipal Figueira Domus e,



como esta Câmara detém 100% do seu Capital, compete-lhe pronunciar, sobre a proposta do Conselho de Administração de Aplicação de Resultados, Relatório e Parecer Fiscal. Acrescentou que estes documentos, que foram atempadamente distribuídos, descrevem exaustivamente a sua actividade em 2006, os investimentos que foram feitos, passando de seguida a palavra à Presidente do Conselho de Administração, Dr<sup>a</sup> Teresa Machado, para tecer o que achar por conveniente.-----

A Vereadora Teresa Machado referiu que, como já tiveram a oportunidade de ler, nno Relatório transparece o que foi feito, quer em termos de investimento, quer em termos de reabilitação do edificado. No ano passado, conforme está reproduzido na mensagem do Conselho de Administração, efectuou-se a entrega de novos fogos, proporcionando melhores condições de habitabilidade, a um significativo número de famílias, através da atribuição de quarenta e sete fogos no empreendimento da Gala-Sidney - 2<sup>a</sup> fase, para além da atribuição de fogos devolutos que vieram à reunião de Câmara, podendo-se contabilizar no total a atribuição de cerca de sessenta e sete fogos. A par com isso, manteve-se em bom ritmo, o investimento que já estava delineado estrategicamente, correspondente ao empreendimento da Matiôa. Inicialmente, cerca de 1/3 dos fogos estavam destinados para venda e os restantes para serem adquiridos pela Empresa para arrendamento, situação essa que, no final do ano, foi renegociado com o promotor, face ao novo Plano de Actividades, passando assim a ser um objectivo que todos os fogos ou a maioria do empreendimento Matiôa sejam para venda. Referiu, ainda, que foram investidos cerca de setenta e seis mil euros na reabilitação do património, que é constante, porque as habitações que vão ficando vagas, vão sendo sucessivamente atribuídas, tendo todas que ser alvo de obras.-----

E continuou, salientando, que em termos de trabalho social, houve a preocupação, por parte de todos os Técnicos, de se envolverem de uma forma mais consistente com as entidades dos locais onde se inserem os bairros sociais. Existindo uma maior articulação, quer com as Comissões Sociais de Freguesia, quer com as Instituições que actuam no terreno apoiando famílias carenciadas, a vários níveis, não só de ordem económica, sendo de primordial importância este tipo de trabalho. Procuraram caracterizar os bairros sociais que estão sob a gestão desta empresa municipal e que, neste momento, atingem o montante de quatrocentos e noventa e cinco fogos, mas que, mesmo assim, não respondem, às necessidades do



Concelho. É do conhecimento de todos, que foi entendido, no presente ano, que esta estratégia fosse invertida e, com a colaboração de todos, assim ficou definido.-----

Quanto à parte das Contas, passou a palavra ao Vogal do Conselho de Administração, Dr. Victor Pereira, para esclarecimento das mesmas.-----

Este começou por destacar os principais documentos que são a Demonstração de Resultados e o Balanço, referindo que a Demonstração de Resultados reflecte uma diminuição dos proveitos, em resultado da redução de vendas de mercadorias e proveitos, relativamente ao exercício anterior, reflectindo, também, uma redução relativamente ao que se tinha previsto, uma vez que era o objectivo definido a venda de mais fogos do que aqueles que efectivamente se concretizou.-----

Em termos da conta de prestação de serviços, houve um ligeiro aumento, que tem a ver com a entrada em exploração de dois novos Bairros, o de Mártir Santo e da Gala-Sidney/2ª fase, nos quais foram realojadas famílias com rendimentos de valores muito reduzidos, sendo a situação similar em cada um dos Bairros.-----

Em relação aos custos, há uma co-relação, entre as *vendas de mercadorias e produtos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, pelo que este custo também registou uma diminuição. Também se registou uma redução de custos com fornecimentos e serviços externos. Nos custos com o pessoal houve um acréscimo, que resultou da contratação de mais um funcionário.-----

Acrescentou que se registou um custo muito elevado ao nível dos juros de financiamento, que tem a ver, fundamentalmente, com a subida da taxa de juros dos empréstimos contratados.-----

Daí, ter-se registado uma redução substancial do resultado líquido do exercício de 2006, comparado com o ano de 2005, passando de quarenta e um mil euros para seis mil cento e oitenta e oito euros, depois de deduzidos os impostos.-----

Relativamente ao passivo, houve uma redução do passivo de médio/longo prazo de cerca de seiscentos mil euros e um crescimento do passivo de curto prazo que, exclusivamente, se deveu à contabilização de uma escritura feita para aquisição de fogos na Quinta do Paço e no Bairro da Bela Vista, no valor de um milhão e setecentos mil euros. Portanto, se não fosse contabilizada esta escritura, o passivo do curto prazo teria sido reduzido, isto é, foi feito um esforço no sentido de redução do endividamento.-----

Considerou, ainda, que o valor do passivo de médio/longo prazo, sendo um valor elevado, é um valor que está traduzido em activos, não só activos materiais mas,



também num activo social, ou seja, há a população que antes vivia em más condições e que hoje vive melhor, considerando importante olhar-se para os dois lados da equação.-----

Relativamente ao passivo de curto prazo, está directamente relacionado com os empreendimentos do Bairro de Brenha e Bairro do Hospital.-----

Sem repetir o que já foi dito em reuniões anteriores, porque sabe-se qual é o enquadramento económico, que cria dificuldades objectivas para a venda destes fogos, salientando que este é um problema que tem que ser resolvido, vão ter que ter a tal "arte e engenho", tal como foi referido por um Vereador há uns tempos atrás. É neste sentido que estão a decorrer processos negociais para converter a exigibilidade de curto prazo numa exigibilidade de médio/longo prazo, satisfazendo, ao mesmo tempo, as necessidades sociais, uma vez que se constatou, na preparação da candidatura ao PROHABITA, a existência de famílias que vivem em péssimas condições no núcleo urbano desta cidade. Referiu, também, que a pensar em abdicar dos fogos do empreendimento da Matiôa para os vender na íntegra, destinando o empreendimento de Brenha unicamente para arrendamento, uma vez que é mais difícil a sua venda, dada a sua localização.-----

Portanto, tudo isto são decisões que vão levar o seu tempo a ter efeito, esperando que a própria conjuntura facilite algumas das opções que estão a ter.-

O Vereador Victor Sarmento referiu que partilham, também, da preocupação social. E a análise que vão fazer hoje, infelizmente, não é diferente daquela que têm vindo a fazer, nomeadamente, no ano passado. Até porque a realidade também não mudou, prevendo que se possa continuar a agravar por compromissos assumidos para este ano.-----

A exposição que vai fazer, com o auxílio de meios audiovisuais, pretende, de alguma forma, mostrar aquilo que já foi referenciado pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Victor Pereira, dando-lhe uma outra dimensão, ou seja, continuando a ter-se um política social adequada, não apenas às necessidades sociais existentes no Concelho, mas também, às disponibilidades financeiras do Município, acrescentando que não se podem esquecer estas duas vertentes.-----

Mencionou não terem grandes ilusões e que, em 2007, ainda vão continuar a pagar a factura dos erros cometidos quanto à política habitacional e social.-----

Alertou para a necessidade de um grande rigor no cumprimento de um programa de reabilitação financeira da empresa que, obviamente, tem sustentabilidade e tem activos, para além dos activos sociais, que são extremamente importantes, e que



são “ao fim e ao cabo” o objectivo essencial de uma empresa com estas características. Tem, também, activos materiais, é certo, mas não podem esquecer que esses vão perdendo valor em cada ano que passa, ao que o Vereador Pereira Coelho acrescentou: “E de que maneira!”-----

O Vereador Victor Sarmento passou, de seguida, à sua exposição, feita em “PowerPoint”, realçando que a análise incide no período de 2001 a 2006, já que a empresa foi criada em Julho de 2000, no que diz respeito ao Orçamento, Recursos Humanos, Capital e Endividamento e algumas conclusões muito breves, documentos que se dão aqui por integralmente reproduzidos, constituindo anexo número doze à presente acta.-----

Portanto, em relação ao Orçamento, verificou que, em 2006, é semelhante e/ou ligeiramente superior ao de 2005. Quanto aos Recursos Humanos, o total de trabalhadores aumentou, porque há mais um trabalhador, havendo um ligeiro aumento de cerca de cento e sessenta para duzentos mil euros, embora tenha havido uma diminuição de honorários em termos individuais.-----

Considerando o Pessoal e Serviços Externos, apresentou um gráfico de 2001 a 2007, verificando-se que há, de facto, uma redução global de 2005 para 2006, de quinhentos e cinco para trezentos e noventa e oito mil euros, com um ligeiro aumento de custos com o Pessoal. Salientando que, naturalmente, é preciso continuar com essa tendência, embora não sejam estes os valores que mais os preocupam, porque a Figueira Domus, EM, como empresa pequena que é, em termos de Recursos Humanos, gere um montante de financiamentos muito elevado, tal como está transcrito naquele gráfico.-----

Quanto aos Capitais e Endividamento verificam que, a exemplo de 2005, onde o que tinha sido previsto foi inferior ao que tinha sido conseguido, a situação piorou em 2006, ou seja, tinha sido previsto um Endividamento de 16,96 milhões de euros e acabou no final do ano por ser de 21,68 milhões de euros. E isto é tanto “mais grave”, que a um mês do final do ano, a 28 de Novembro mais precisamente, lhes foi ali apresentada uma previsão de 19,57 milhões de euros, no final do ano, e acabou por ser de 21,68. E embora queiram acreditar que seja possível, vai ser muito difícil, em 2007 conseguirem estes valores de 18,58 milhões de euros, se analisarem o crescimento de 2001 a 2006.-----

No Endividamento a Terceiros, verifica-se que há um ligeiro agravamento do endividamento a curto prazo aos Bancos e Outros endividamentos, e uma ligeira diminuição de médio/longo prazo, de 10,84 para 10,43 milhões de euros.-----



Mas quando se olha para o total do Passivo, verifica-se um agravamento de 21,265 para 21,683 milhões de euros, de 2005 para 2006, e um agravamento de 7,654 para 8,320 milhões de euros, no total de curto prazo, havendo uma ligeira diminuição no total de médio/longo prazo, e um agravamento do Passivo total que quase se aproxima dos 21,7 milhões de euros. Mostrando que, naturalmente, não vai ser possível cumprir o Orçamento de 2007, porque os resultados que se tem vindo a obter neste primeiro trimestre são limitadores, pretendendo que alguém se pronunciasse mais em profundidade sobre isto.-----

Salientou que esta situação é preocupante, pois a empresa municipal Figueira Domus está com um Passivo muito elevado, que se vai agravando, perdendo-se, também, o seu valor Patrimonial. E esclareceu que durante o ano de 2006, no empreendimento do Bairro do Hospital - 2ª fase, ficaram por vender 19 fogos no empreendimento da Fonte Nova - Brenha, 58 fogos, o que dá um total de 77 fogos por vender. Mas se olharem para este ano, existem, ainda, fogos em construção, nomeadamente, 32 na Gala-Sydney e 92 na Matiôa. Obviamente que não se farão mais neste ano de 2007, pelo menos, a curto/médio prazo, conforme ficou aprovado. Mas há empreendimentos em curso, e no da Matiôa, por exemplo, havia um determinado número de fogos para serem adquiridos pela Figueira Domus. Referiu que, entretanto, a Vereadora Teresa Machado anunciou há umas semanas atrás, que estava em curso um processo de discussão tendente à empresa H.HAGEN vender directamente esses mesmos fogos, deixando de ser um encargo para este Município. Pretendeu saber, exactamente, em que fase isso está, "preto no branco", e o que é que se vai passar em relação ao empreendimento da fase B, da Gala-Sidney, que está previsto estar concluído até ao início do Verão deste ano.-----

Em conclusão, considerou a actividade dominante na promoção imobiliária de habitação a custos controlados e gestão social da procura com arrendamento e comercialização, o que não deveria ser; uma participação de 520.000 euros no capital da Figueira ParaNova, correspondendo a 52% e cujo objecto social é a requalificação urbanística do edificado e não acção social; uma estrutura de capitais fortemente desequilibrada; uma sobreavaliação da dimensão dos segmentos de mercado da habitação; e um agravamento do Passivo que aumentou para 21,7 milhões de euros.-----

E para terminar, passou à leitura de um documento relacionado com o sentido de voto do Partido Socialista:-----

"A empresa municipal Figueira Domus tem executado uma política de construção de



habitação social, que não consideramos a mais adequada.-----  
O relatório de 2006 confirmou as nossas previsões e coloca a empresa e a Câmara Municipal numa situação extremamente difícil sob o ponto de vista financeiro.---  
As dívidas à Banca passaram de mais ou menos 16,4 para 15,9 milhões, mas as dívidas a outros Fornecedores subiram de mais ou menos 4,24 para 5,41, perfazendo um total em dívidas de quase 21,4 milhões de euros. Se a este valor somarmos os “acréscimos dos custos” chegamos a um valor de 21,7 milhões de euros.-----  
Conforme temos vindo a referir, a concentração de fogos em grandes manchas habitacionais contraria a política moderna de integração social que recorre à dispersão das famílias problemáticas e/ou disfuncionais pelo tecido social funcional, criando-se assim melhores condições de integração e de diluição dos problemas.-----  
A política seguida tem sido outra e esta orientação, mais uma conjuntura desfavorável no mercado da habitação, provocaram uma quebra acentuada do negócio.-----  
O passivo da empresa quase chega aos 22 milhões de euros e não se vislumbra uma recuperação séria para 2007, pois existem compromissos assumidos que podem agravar o problema.-----  
Apesar de considerarmos os esforços em contrariar esta situação de dificuldade e termos avalizado uma política diferente para 2007, vamos votar contra este Relatório e Contas que se refere a 2006, porque discordamos da política habitacional seguida e que infelizmente veio confirmar as nossas previsões mais pessimistas.”-----  
O Vereador Pereira Coelho agradeceu o trabalho feito pelo Vereador Victor Sarmento considerando que revela um cuidado na análise da problemática da empresa municipal Figueira Domus, no que diz respeito aos grandes números mas, por vezes, visto assim de uma forma numérica parece muito árido, são números a mais. Salientou que o Administrador dizia que há que ver, também, os activos sociais, não podendo estar mais de acordo, só que esses, infelizmente, não entram. O que ali estão a apreciar são números, dívida, “nua e crua”, questionando quais são as opções estratégicas da Câmara, em matéria de habitação social, que foi o que sempre pediu para saber. Por isso, não o impressiona, em tese, claro, se estão a falar de 10 ou 22 milhões, isso depende da capacidade que a Câmara tem, ou não, de destinar para estas, ou aquelas verbas, chamando-se



a isso programação estratégica, que é o que não se vê. O que se vê é o “curso das águas”, onde alguém as começou de uma determinada maneira e foram andando pelas sucessivas Administrações, até ao dia em que alguém disse: “alto que isto não pode continuar assim”. Referiu que, mais uma vez, teve que fazer este papel, de “mau da fita”, vir aqui “pôr o dedo na ferida” e dizer “o rei vai nu”, e por isso, isto não pode continuar.-----

Referiu, ainda, que houve uma reunião onde analisaram esta questão e onde foram propostas algumas coisas e que o vê: ou não foi respondido nada sobre o saldo disso, e lembra-se que foi prometido que, passados três meses, haveria aqui uma exposição sobre o que é que resultou das medidas, entretanto acordadas, como necessárias e urgentes para o bom andamento desta empresa. E isso não foi feito, o que lamenta.-----

Foi dito, por exemplo, que se adquiriu mais uma pessoa, e questionou: para quê, se têm tantas pessoas na Câmara. Claro que tudo isso são pormenores, e não é isso que perfaz os 20 milhões. Mas, exclamou, é a tal história da lógica de gestão.-----

Por outro lado, não viu respondido algo que, na altura, ninguém sabia e ficaram alarmados, que é: como é que estavam de rendas não pagas. O número era assustador até há três meses atrás, pretendendo saber se aumentou ou diminuiu, porque tudo isso quer dizer resultados para a Câmara altamente perniciosos. Quanto às vendas de apartamentos nem pergunta, porque parece que houve zero.----

E continuou, referindo que também dizia o Vereador Victor Sarmento, que nos próximos anos vai ser, ainda, muito pior. E não se culpe o Banco Central Europeu porque, como é óbvio, até ele compreende essa inversão de que agora os apartamentos que eram para vender em Brenha passem para arrendamento, e os da Matiôa serem todos para vender. Agora, vamos ver o que é que isso vai dar, se os arrendamentos forem para darem no resultado anterior, ou seja, em não se receber a renda. Pode-se dizer que há um custo social, mas a Câmara que decida impor um limite, verificar quanto é que é transferido todos os anos para a Figueira Domus, para suportar parte das rendas. Não é a parte social, é a dos que não pagam e, se eles não pagam, serão suportadas por todos nós. Há muitas questões que ficaram por responder e era bom que fossem respondidas, nomeadamente, em 2005, quanto transferiu esta Câmara para a Figueira Domus, para suportar essa tal política social, e em 2006. Que é para saberem se estão a aumentar, ou a diminuir. Porque isso é que dá a dimensão real do esforço que estão os



contribuintes a fazer. Não basta chorar sobre os que reconhecem ser os "coitados" que vivem em condições sub-humanas. Mas aí pergunta-se: será que todos aqueles que estão a beneficiar, não estarão, se calhar, em condições melhores de que outros que agora não tem nada! É tudo um pouco relativo, estar a fazer apreciações sobre a bondade, porque têm todos um coração enorme, principalmente, com o dinheiro dos outros, correndo o risco, até do ponto de vista social, de fazer as maiores injustiças.-----

Considerou, que legitimamente, pode-se pôr em causa tudo o que foi feito para trás. Com que critérios é que se deram casas, será que não ficaram outros, ainda mais necessitados, para trás. O problema é saber, estrategicamente, se a Câmara, primeiro, quer este *modus operandi* ou se, segundo, em que medida é que está disposta a sustentar esta situação. Senão, isto é "um poço sem fundo", é uma situação em que a Câmara depois, dificilmente, se vai poder libertar dela, e ao contrário do que foi aqui dito, este Património, este activo não se valoriza, desvaloriza-se, sim, e é todos os dias. Desafiou se são capazes de vender aquilo que foi vendido ou alugado por um valor "x". E acrescentou, os activos contabilísticos, até podem ter o valor que quiser. Agora, verdadeiramente, um activo, é aquele que vale quando no dia em que se quiser transformar em alguma coisa, o queira transaccionar. Não é só porque, pura e simplesmente, custou "x". É preciso perceber que um activo social tem tendência para se desvalorizar e nunca para valorizar. Estes activos, obviamente, pela sua própria e inerente condição, não são activos para valorizar, são activos para serem desvalorizados em vários aspectos, pelos estigmas que têm, quer de construção, quer pelo uso, etc.-----

Por isso, continuou, não venham dizer que descobriram a pólvora mágica de "cobrir" a dívida por um suposto activo que está, imaginariamente, a valorizar. Recusando-se a aceitar isso como uma explicação, porque seria inédito que se fizesse habitação social para a valorizar como activo, isso seria uma coisa perfeitamente aberrante. É preciso olhar para estas coisas com "olhos de ver" e não de querer "tapar o sol com a peneira". Ao ouvir a explicação, e com o devido respeito, considerou que não serviu de nada a reunião que foi feita há uns meses atrás, porque a adjectivação continua a ser a mesma, o que está presente é o mesmo. E por isso, alertou o Presidente, mais uma vez, que é preciso agarrar isto como deve ser, porque é um problema grave para o futuro desta Câmara Municipal. Criou-se uma situação que, sem estar a dizer quem foi o culpado ou



deixou de ser, já podia ter sido travada há muitos anos atrás, porque ele próprio a denunciou. E não tem dúvidas nenhuma, que no final de 2007, estes números apresentados que coincidem, entre o que foi trabalhado pelo Vereador Victor Sarmiento e o que foi dito pelo Dr. Victor Pereira, serão naturalmente piores, por variadíssimas razões, mas fundamentalmente porque existem problemas de estrutura que não se coadunam com a capacidade que esta Câmara têm para sustentar este tipo negocial.-----

Lembrou, também, que há três meses atrás, tinha questionado: tendo a Câmara um Departamento de Acção Social, com alguma vastidão de funcionários, porque não estava essa estrutura a tratar destes assuntos. Podiam dispensar, ou substituir, muita gente e poderiam com isto economizar muito. Mas, contrário a isso, ainda se contratou pessoal exterior. Por isso, se é assim que acham que a Câmara deve ser sustentada e governada, tudo bem, mas não contem com o seu beneplácito porque é óbvio que isso vai contra tudo o que acredita e pelo qual tem debatido.

O Vogal do Conselho de Administração, Dr. Victor Pereira, começou por responder que havia uma redução do valor das rendas em atraso sobre o valor da facturação. Ao que o Vereador Pereira Coelho salientou que não foi isso que pôs em causa.---

O Vogal do Conselho de Administração, Dr. Victor Pereira, retorquiu que já lá ia. E continuou a explicar que passou de 32,6% da facturação no final de 2005, para 11,2% em 2006, e neste primeiro trimestre é de 4,6%. O valor bruto de dívidas de rendas não cobradas no final de 2005 era de 224 mil euros. No final de 2006, 262 mil euros, e no final de Março de 2007, 266 mil euros.-----

Ao que o Vereador Pereira Coelho exclamou que não tinha melhorado.-----

O Vogal do Conselho de Administração, Dr. Victor Pereira, continuou, referindo que não melhorou, em ter-se acumulado, mas houve uma melhoria do rácio dos valores de mora comparado com a facturação do respectivo período. Ao que o Vereador Pereira Coelho referiu que era bom que ficassem esses números.-----

O Vogal do Conselho de Administração, Dr. Víctor Pereira, referiu, quanto à questão da venda dos fogos, que é evidente que os fogos se degradam, por isso é que existem as amortizações, e mais, continuou, as amortizações financeiras são superiores às amortizações técnicas e fiscais, sendo evidente que este tipo de habitações podem ter um nível de degradação mais acentuado. Contudo, deu o exemplo de que uma grande parte dos arrendatários da Leirosa querem comprar as casas onde vivem, pelo que se solicitou ao INH para definir o preço de venda desses fogos, para se equacionar a sua venda. Inclusivamente, noutros



empreendimentos, como o da Gala-Sidney, há também arrendatários interessados, só que na Leirosa é mais fácil vender porque são moradias, enquanto que no caso da Gala-Sidney, como se está em presença de habitação multi-familiar, há o problema de gestão de condomínios, tendo que ter, por isso, algum cuidado com as vendas dos fogos.-----

Quanto à questão da política de habitação, salientou que, naturalmente, essa é definida pela Câmara.-----

Quanto às transferências que foram feitas, a Vereadora Teresa Machado informou que em 2006, os contratos-programa totalizaram 831.180,50 €.-----

O Vereador Pereira Coelho retorquiu que quando se diz que se vai vender ou se vai alugar, é de se questionar qual é a política social de apoio: Das duas, uma, ou se aposta nas vendas ou se aposta na habitação social. Este é que é o problema e aqui é que está a fronteira.-----

A Vereadora Teresa Machado salientou que, neste momento, é o que é necessário.--

O Vereador Pereira Coelho acrescentou que esse é um problema de estratégia, e assim, os tais propósitos sociais ficam descredibilizados.-----

A Vereadora Teresa Machado referiu que esses não interessam, o que interessa são os números, ao que o Vereador Pereira Coelho perguntou se não interessavam.-----

A Vereadora Teresa Machado explicou que os números falam por si, e o Vereador Pereira Coelho é que tinha começado a sua conversa assim, querendo definir isto muito claramente, os objectivos sociais ficam ultrapassados com os números.-----

O Vereador Pereira Coelho referiu que o que diz é, por vezes, difícil de entender. E depois de constatado os números, vêm dizer que estão muito contentes porque vão conseguir vender, não sei o quê. Então, não faz nenhum sentido a argumentação anterior de dizer que isto têm um objecto social. Porque não considera uma verdadeira política de habitação social, para quem mais necessita, se ela apostar na venda pura e simples de fogos. Para ele, isso é iniciativa privada. Até porque, como todos sabem, os preços praticados no mercado, hoje em dia, no contexto da Figueira da Foz, andam todos muito próximos, quer sejam os da Figueira Domus, quer sejam os da iniciativa privada. Pelo que, onde está a política social! Gostaria que raciocinassem sobre isto e percebam o equívoco em que, depois, tudo isto se torna. Não está a contestar que estejam com más intenções. O que está em causa é que, de uma vez por todas, se perceba que isto não é política de habitação social, isto é uma "argamassa" de coisas que deu nisto, nos tais números de que falam, que vão crescendo e que, a não ser com



medidas drásticas, não vão parar de crescer. E os problemas vão-se avolumar e vão ser cada vez mais difíceis para gerir os tais activos, quando eles começarem a "doer", em termos de gestão, vão ver o que isto vai dar.-----

A Vereadora Teresa Machado lembrou o Vereador Pereira Coelho que tiveram uma reunião, há 3 meses, no final do ano passado, aquando da aprovação do Plano de Actividades, em que ela, pessoalmente, o convidou o para se debruçarem sobre esse assunto, face às críticas construtivas que tinham sido feitas em reunião de Câmara.-----

Estão a tentar procurar dar respostas sociais sem, contudo, conseguirem dá-las. É importante definir-se, claramente, se se quer, ou não, dar essas respostas sociais, e se têm, ou não, a possibilidade de o fazer. E continuou, referindo que a Figueira Domus cumpre objectivos delineados pelo Executivo. Não é ela, nem o Dr. Victor Pereira que traçam os objectivos desta empresa municipal. E questionou, se cada vez que vier uma pessoa pedir casa, o que é que se responde, que não há, porque acabaram, responde-se que a Câmara e a Figueira Domus não atribui mais nenhuma. É essa a política que se define, então, têm que a assumir. Porque se os resultados não melhoraram, a situação social, essa é que não melhorou seguramente.-----

O Vereador Pereira Coelho salientou que esse é que era o equívoco, porque haviam muitos a quem tinha sido dado casa que, se calhar, não a mereciam.-----

A Vereadora Teresa Machado fez questão de dizer que o trabalho social está a ser feito.-----

O Vereador Pereira Coelho voltou a referir que, se isto é um poço sem fundo, então que o admitam!-----

A Vereadora Teresa Machado voltou a questionar se estão contra ou a favor da habitação social, ao que o Vereador Pereira Coelho pediu que não colocasse, assim, a questão. E o Vereador Victor Sarmiento repetiu o mesmo.-----

O Vereador Pereira Coelho salientou que isso é demagogia pura, não querendo entrar por aí, porque se vão entrar por aí, acaba-se logo a conversa e vão mergulhar noutras coisas feitas por aí.-----

O Presidente pediu alguma calma.-----

A Vereadora Teresa Machado explicou que, quando o Dr. Victor Pereira falou na candidatura ao PROHABITA e o Vereador Pereira Coelho disse que, se calhar, os que foram atribuídos foram mal, há que explicar que a candidatura ao PROHABITA é essencialmente, para a Zona Urbana, em especial a freguesia de S. Julião, que



nunca teve qualquer tipo de cobertura, em termos de habitação social.-----  
O Vereador Pereira Coelho questionou se a culpa era dele, ao que a Vereadora Teresa Machado retorquiu, questionando se era dela.-----  
O Vereador Pereira Coelho referiu que não sabe de quem é, sua é que não é, porque não gere nada disso.-----  
A Vereadora Teresa Machado salientou que não estava a tirar culpas para ninguém, e que este é que os tinha acusado de atribuir mal as outras casas.-----  
O Vereador Pereira Coelho respondeu que não acusou nada, mas que apenas referiu a culpa não era sua, quando a Vereadora referiu que a freguesia de S. Julião não beneficiou de habitação social.-----  
O Presidente lembrou que, neste momento, estão a analisar as contas do exercício de 2006. Que já é conhecido e sabido, publicamente, que não estão de acordo com a política que anteriormente foi definida, de acordo com os Vereadores que cá estavam. E que este exercício de 2006, reflecte isso mesmo.-----  
O Vereador Pereira Coelho referiu que quem começou a falar no passado e a fazer comparações não foi ele, foi a Administração. Acrescentou que se limitou a fazer umas perguntas em função do último trimestre, nem quis saber mais nada. Quem começou a querer dar lições de política de habitação social e de integração não foi ele. Acrescentou que se se pretende entrar nessa discussão, também está disposto a entrar. Pediu que se limitem a responder às perguntas, que foram muito claras e que, ainda, está à espera da última.-----  
O Vogal do Conselho de Administração, Dr. Vítor Pereira, respondeu que, em termos de transferências efectuadas pela Câmara Municipal, em 2005 foram de 363.967,00 €, e em 2006 de 457.442,00 €.-----  
O Vereador Victor Sarmento salientou que, sem querer estar a dramatizar desnecessariamente o problema, julga que podem aproveitar este momento de discussão e de análise para, também, fazer um breve balanço sobre o primeiro trimestre de 2007. E, de facto, é verdade o que o Vereador Pereira Coelho referiu, que acordaram fazer um balanço ao fim de 3 meses. Houve algumas medidas que começaram a ser implementadas no início do ano, com um determinado objectivo, para atingir determinadas metas. E tanto quanto sabe, e é isso que gostava de ver esclarecido, essas metas, infelizmente, não foram atingidas, embora não tenha a ver com o relatório de 2006, tem a ver com aquilo que se vai passar em 2007, com a correcção daquilo que foi feito em 2006. Não foi cumprido o objectivo. Querendo saber se podem corrigir a forma, a estratégia a utilizar



para melhorar financeiramente, porque, provavelmente, as medidas que acordaram, no início do ano, não estão a resultar, tem que se falar abertamente sobre isso, não se deve deixar estar até ao final do ano. E lançou o desafio, de que se faça esta discussão, talvez na próxima reunião, porque estão a falar de montantes muito elevados.-----

Ao que a Vereadora Teresa Machado e o Presidente referiram que o podiam fazer quando entendessem.-----

A Vereadora Teresa Machado acrescentou julgar importante os Vereadores irem à empresa municipal Figueira Domus para poderem consultar, directamente, os processos, tendo o Vereador Victor Sarmiento confirmado o seu interesse.-----

O Presidente concluiu que é uma questão de se definir estratégias, de se corrigirem coisas que, no entender da Vereação da Câmara, não têm sido conduzidas bem. Mas, um relatório de exercício é um relatório do que se passou no exercício, de acordo com determinada política que é definida pela Câmara.----

**A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e quatro votos contra dos Vereadores Victor Sarmiento, Paz Cardoso, António Tavares e Mário Paiva, e uma abstenção do Vereador Pereira Coelho, tendo o Presidente feito uso do voto de qualidade, de acordo com o nº 2, do artº 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----**

**1 - Aprovar o Relatório de Actividades e o Relatório de Contas referente ao exercício de 2006 da Figueira Domus, Empresa Municipal;-----**

**2 - Aprovar a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício, no montante de 6.188,19 € (seis mil, cento e oitenta e oito euros e dezanove cêntimos, como se segue:-----**

**a) - 618,82 € (seiscentos e dezoito euros e oitenta e dois cêntimos), correspondente a 10% dos resultados líquidos, para reforço da reserva legal;----**

**b) - 154,70 € (cento e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos), correspondente a 2,5% dos resultados líquidos, para reforço da reserva para fins sociais;-----**

**c) - 5.414,67 € (cinco mil quatrocentos e catorze euros e sessenta e sete cêntimos), destinado a reservas livres;-----**

**3 - Aprovar o Relatório e o Parecer do Fiscal Único.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

O Vereador Víctor Sarmiento, em nome dos Vereadores do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto:-----



“A empresa municipal Figueira Domus tem executado uma política de construção de habitação social, que não consideramos a mais adequada.-----  
O relatório de 2006 confirmou as nossas previsões e coloca a empresa e a Câmara Municipal numa situação extremamente difícil sob o ponto de vista financeiro.---  
As dívidas à Banca passaram de +/- 16/4 para 15,9 milhões, mas as dívidas a Outros Fornecedores subiram de +/- 4,24 para 5,41, perfazendo um total em dívidas de quase 21,4 milhões de euros. Se a este valor somarmos os “acréscimos de custos” chegamos a um valor de 21,7 milhões de euros.-----  
Conforme temos vindo a referir, a concentração de fogos em grandes manchas habitacionais contraria a política moderna de integração social que recorre à dispersão das famílias problemáticas e/ou disfuncionais pelo tecido social funcional, criando-se assim melhores condições de integração e de diluição dos problemas.-----  
A política seguida tem sido outra e esta orientação, mais uma conjuntura desfavorável no mercado da habitação, provocaram uma quebra acentuada do negócio.-----  
O passivo da empresa quase chega aos 22 milhões de euros e não se vislumbra uma recuperação séria para 2007, pois existem compromissos assumidos que podem agravar o problema.-----  
Apesar de considerarmos os esforços em contrariar esta situação de dificuldade e termos avalizado uma política diferente para 2007, vamos votar contra este Relatório e Contas que se refere a 2006, porque discordamos da política habitacional seguida e que infelizmente veio confirmar as nossas previsões mais pessimistas.”-----  
O Vereador Pereira Coelho apresentou a seguinte declaração de voto:-----  
“De facto, abstive-me, para mais uma vez não causar maiores problemas à gestão, já problemática, desta empresa. No entanto, quero reafirmar o seguinte: se persistir esta política e se eu cá estiver, em novo exercício, fica aqui, desde logo assumido que votarei contra. Já passaram dois exercícios em que dei o benefício da dúvida à actuação desta empresa. Não vejo nada, mas nada feito que possa inverter a lógica de funcionamento da mesma. A começar no Pessoal e a acabar nas opções estratégicas que, obviamente, em parte reconheço que não são só atribuíveis a esta Administração mas, seja como for, as explicações que nos são dadas enfermam, desde logo, de uma lógica de continuidade, e não naquilo que eu gostaria de ver que era, de facto, perceberem que o caminho está errado. Isto



é fundamental, e sem o qual não são cumpridos, nem de perto, nem de longe, os superiores interesses, nem da Câmara Municipal e muito menos da empresa municipal Figueira Domus. E, Sr. Presidente, que fique bem claro, que é para que não venham com outro tipo de argumentação para justificar aquilo que, do meu ponto de vista, já não é justificável, face aos alertas sucessivos que têm sido feitos e, face a tudo aquilo que tem sido dito, em variadíssimas discussões, nesta Câmara Municipal.”-----

## **15 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

### **15.1 - FERNANDO PEDRO RODRIGUES**

Assunto: Alteração ao Loteamento nº 14/84 - Processo nº 17/84 entregue em 22 de Novembro de 2006. Departamento de Urbanismo. Pretensão: Solicitar justificação para que no processo citado, uma informação técnica de 13 de Dezembro de 2006 só tenha tido despacho em 2 de Março de 2007. Solicita justificação para o conteúdo dos ofícios nºs 04707 de 08 de Março de 2007 e 05438 de 19 de Março de 2007 que, sendo contraditórios não têm qualquer sentido. Endereço: Rua Jacinto Pedro, nº 3 - Tavarede - Figueira da Foz.-----

O Múncipe expôs a situação e colocou várias questões.-----  
O Director do Departamento de Urbanismo interveio dizendo que será feita uma proposta, a qual o Presidente apreciará e dirá se concorda ou não. Pensa que, assim é que é o procedimento normal e transparente.-----  
Solicitou ainda que os ofícios sejam vistos pelos Serviços Jurídicos.-----  
O Presidente interveio dizendo que não vai resolver de momento nada até que os documentos sejam analisados pelos Serviços Jurídicos da Câmara.-----

### **15.2 - COMISSÃO DE PAIS DA ESCOLA EB1 DA SERRA DA BOA VIAGEM**

Assunto: Encerramento da Escola EB1 da Serra da Boa Viagem. Departamento: Divisão de Educação e Acção Social. Pretensão: Manifestarem-se sobre o encerramento da Escola EB1 da Serra da Boa Viagem, proposto pelo Governo. Não pretendem o encerramento da escola, pois não têm outro estabelecimento de ensino para os filhos.-----

A Múncipe em nome da Comissão de Pais, expôs a situação e solicitou que a Câmara junte o seu pedido ao deles para que o despacho seja emitido outra vez, no sentido da escola se manter aberta.-----

O Presidente interveio dizendo que não puderam comparecer à reunião que estava marcada com a Directora Regional, derivado à hora ter sido alterada. Disse ainda que propôs duas datas para uma nova reunião e que até hoje não obteve resposta.-



A Vereadora Teresa Machado referiu que os alunos da Serra da Boa Viagem teriam que vir para a escola do Castelo, o que implica fazerem 4 Km, não tendo esta as condições que tem a da Serra da Boa Viagem. Portanto, a posição da Autarquia é de defender o mesmo que a Comissão de Pais e, por isso, irão fazer o pedido simultaneamente.-----

### **15.3 - CARLOS MARQUES DE ALMEIDA/ÂNGELO ABRUNHOSA**

Assunto: Saneamento público sob o lote AI da Rua Lopo Fernandes do Condado e outros problemas com o mesmo prédio. Processo nº 3/89 do Departamento de Urbanismo. Pretensão: Implantação do saneamento público em condições de salvaguardar a segurança do domínio privado. Local: Vale das Pombas - Vais - Buarcos. Endereço: Rua Pública Hortênsia nº 14 - Cedro - Vila Nova de Gaia/Rua Lopo Fernandes do Condado, nº 7 - Lote AI - Vais - Buarcos.-----

O Múncipe interveio fazendo uma exposição, detalhada, ponto por ponto, dando conta à Câmara Municipal da situação que vive, na sua opinião grave e ilegal, relativamente à conduta de saneamento público que foi construído e passa por baixo da sua casa e que, na sua opinião é da responsabilidade do loteador e, ainda, da questão do muro e jardim, situados, segundo seu parecer, em domínio privado e que foi notificado por esta edilidade a demolir.-----

O Presidente informou os munícipes que, quanto à questão do muro a notificação vai ser suspensa e irão consultar o processo no sentido de se solucionar o problema. Quanto à conduta do saneamento público irão comunicar às Águas da Figueira para que esta empresa se encarregue de seguir as obras.-----

### **15.4 - JORGE MANUEL TOCHA DE AZEVEDO COELHO**

Assunto: 1 - Pavimento da Rua Bernardo Lopes (Troço Casino Oceano/Rua F. A. Dinis); 2 - Prédio sito na Rua F. A. Dinis nº 50,; 3 - Cultura - Actividades - Prémios Literários; 4 - Estacionamento Rua F. A. Dinis; 5 - Canil. Pretensão: 1 - Para quando a repavimentação? 2 - Perigo para os peões que circulam no passeio; 3 - Cinema - Dança - Bailado - Incentivos Literários; 4 - Nomeadamente frente ao "Parking Trabalho"; 5 - Para quando a sua deslocação - Espectáculo deprimente para quem pretende almoçar no "Restaurante Azenha Velha". Endereço: Rua Bernardo Lopes, nº 25 - 1º Figueira da Foz.-----

O Múncipe expôs as situações, ponto por ponto.-----

O Presidente ouviu com atenção tudo o que foi dito e tomou as notas necessárias, respondendo que os assuntos expostos pelo múnícipe estão a ser tratados, mas que demora o seu tempo.-----



E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente declarada encerrada a reunião eram vinte e duas horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Câmara Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----